

Sempre-vivas

Fernando Mires

Guilherme Delgado

Jether Pereira Ramalho

Jorge Atilio S. Iulianelli

Márcia de Oliveira G. Deotti

Marlene Robin Campante

Ordep Serra

Tomiko Born

Verônica Ramalho Borba



Insatisfeito com a "grande imprensa"?

Cansado de abordagens superficiais e sensacionalistas?

Achando jornais e revistas muito parecidos – exceto pelo nome?

Então você está sentindo falta de TEMPO E PRESENÇA – uma alternativa à padronização e à banalização da mídia atual.



TEMPO E PRESENÇA é uma revista bimestral editada por KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, uma entidade sem fins lucrativos sediada no Rio de Janeiro. Nossa revista tem como objetivo produzir e divulgar análises dos panoramas sociopolítico, econômico, cultural e religioso, nos planos nacional e internacional, numa perspectiva ecumênica. Editada desde 1979, TEMPO E PRESENÇA mantém um público fiel e numeroso abordando de maneira corajosa temas atuais e relevantes. TEMPO E PRESENÇA respeita e valoriza a multiplicidade de vozes e olhares, publicando textos de acadêmicos, artistas, líderes comunitários, ativistas e religiosos, entre outros.

KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO
Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel/fax (21) 2224 6713
koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br

**KOINONIA Presença Ecológica
e Serviço**Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel/fax (21) 2224-6713
koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br**CONSELHO EDITORIAL**Emir Sader
Francisco Catão
Gilberto Barbosa Salgado
Joel Rufino
Luís Henrique Dreher
Maria Emília Lisboa Pacheco
Maria Luíza Rückert
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Yara Nogueira Monteiro**CONSELHO CONSULTIVO**Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jether Pereira Ramalho
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves**EDITOR**Zwinglio M. Dias
(conforme convênio de 6/12/2002 com
a Universidade Federal de Juiz de Fora)**ORGANIZADOR DESTE NÚMERO**

Jorge Atilio S. Iulianelli

EDITOR ASSISTENTE INTERINO**E JORNALISTA RESPONSÁVEL**Flávio Lenz
Mtb 13193**EDITORA DE ARTE****E DIAGRAMADORA**

Anita Slade

COPIDESQUE E REVISÃO

Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Mara Lúcia Martins

CAPA

Ilustração de Marta Strauch

PRODUÇÃO GRÁFICA

Roberto Dalmaso

FOTOLITOS

GR3

IMPRESSÃO

Reproarte

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso

R\$ 3,50

Assinatura anual

R\$ 21,00

Assinatura de apoio

R\$ 28,00

Assinatura/exterior

US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOINONIA**Reaviva-se o sonho da vitória da democracia!****6****SEMPRE-VIVAS****REINVENÇÃO****Educação, lazer, cultura para idosos?****7**

Marlene Robin Campante

INTEGRAÇÃO**Envelhecimento populacional e
a universidade de Juiz de Fora****11**Márcia de Oliveira Guerra Deotti
e Verônica Ramalho Borba**ENSAIOS****'Re-visitando' a ilha dos idosos felizes****15**

Tomiko Born

PRECEDÊNCIA**O mistério da Terceira Idade****19**

Ordep Serra

FRATERNIDADE**Sobre dignidade e esperança****21**

Jether Pereira Ramalho

TEOLOGIA**O espaço e o tempo da velhice****23**

Ivone Gebara

PREVIDÊNCIA**Agricultura familiar e previdência social****26**

Guilherme C. Delgado

PORVIR**Fórum Social Mundial, 2003: a esperança
de continuar vencendo o medo****29**

Jorge Atilio S. Iulianelli

BELIGERÂNCIA**A doutrina da guerra permanente****32**

Fernando Mires

DIGNIDADE HUMANA E PAZ**Para superar a violência****37**

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

Nesta TEMPO E PRESENÇA procura-se examinar,

por diferentes ângulos e diversas (re)leituras, as condições que têm de enfrentar aqueles(as) que, nos momentos crepusculares de suas vidas biológicas, se esforçam para continuar reinventando a esperança e a alegria do viver. As expressões "terceira idade" ou "melhor idade", com toda a ambigüidade semântica que carregam, tornaram-se, hoje, lugares-comuns, embora o contingente humano que representam ganhe cada vez mais destaque e importância na vida das nações dado o crescente aumento nas estatísticas populacionais. Em nosso país, onde a população acima dos sessenta é cada vez maior, algumas medidas do poder público, em suas diferentes expressões, no sentido de garantir a cidadania plena do idoso e combater as diferentes formas de discriminação a que ainda está sujeito, começam a ser visualizadas. O mesmo se pode dizer das inúmeras iniciativas de setores da sociedade civil. Mas, em que pesem os avanços assinalados, persiste uma situação de descalabro e discriminação ainda muito forte em grande parte dos estamentos de nossa sociedade. Especialmente entre os setores de baixa renda essa discriminação se faz presente de modo patente e as iniciativas para superá-la são muito tímidas. A "Campanha da Fraternidade", promovida pela CNBB, ao escolher o tema do idoso este ano, assume com determinação essa impostergável tarefa de redimensionamento do lugar, dos direitos e das contribuições dos idosos no processo de (re)construção de nossa sociedade. Reverter o velho clichê do aposentado como carga social ou do idoso como um ser humano imprestável e descartável, que já encerrou suas funções neste mundo, é parte essencial dos esforços para a transformação de nosso país numa sociedade mais justa e mais humana. Pois como constata o poeta Mario Quintana "A vida é indivisível. Mesmo// a que se julga mais dispersa//E pertence a um eterno diálogo// a mais inconseqüente conversa. //Todos os poemas são um mesmo poema,// Todos os porres são o mesmo porre. Não é de uma vez que se morre...// Todas as horas são horas extremas!"

Escrevemos este editorial ouvindo o rufar, cada vez mais forte, dos tambores de guerra do império (petrolífero) norte-americano. Mas ouvimos também, ecoando das praças e das ruas de mais de setenta países, as vozes de protesto contra a guerra como solução para os desentendimentos entre as nações. Vozes exigentes de uma população civil que se sente ultrajada pelo descaso de seus governantes para com sua opinião e seus interesses. Vozes dos que se uniram, a partir de suas organizações populares, no III Fórum Social Mundial realizado no final de janeiro em Porto Alegre (RS) e decidiram ir para as ruas em todos os continentes, no dia 15 de fevereiro, batizado como o dia da PAZ, surpreendendo o mundo. Com essa decisão deram, pela primeira vez na história, uma demonstração de fé, determinação e esperança de que o destino da humanidade pode ser construído pelas pessoas comuns, organizadas, e não depende, inexoravelmente, das decisões de seus eventuais governantes. Esta voz coletiva que se elevou das ruas pode não ter sido considerada agora pelos que se acham donos da história, mas certamente significa um testemunho forte de que os humanos têm condições de parar a barbárie do capitalismo onívoro que tudo destrói.

A partir deste número TEMPO E PRESENÇA, publicação de KOINONIA, passa a ser editada por Zwinglio M. Dias, conforme convênio com o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG (UFJF). Esta cooperação vai significar uma ampliação do alcance da revista, um aumento potencial do número de colaboradores e um intercâmbio, que esperamos fecundo, entre o saber gerado na academia e a produção de conhecimento resultante dos processos reflexivos advindos dos programas de KOINONIA e veiculados nesta revista. É isso aí.

REVEZAMENTO / SOBRE EDITORES

JOSÉ BITTENCOURT FILHO – paulista, teólogo, sociólogo – manteve a tocha acesa durante este lustro (1998-2002). Sereno, se houvesse obstáculos, consciente de um projeto de Revista *sui generis* que precisava manter-se e renovar-se, atento ao contexto por vezes estapafúrdio da sociedade, fiel a seu propósito de servir, brilhante nas intervenções exigidas em circunstâncias imprevistas, numa que nem corrida de revezamento que é KOINONIA e sua face externa, a Revista, manteve a corrida e acesa a tocha. Conforme almejamos (T&P/218), ele supriu “o difícil equilíbrio entre continuidade e renovação”, cristão como o antecessor Jether, “comprometido com os valores mais altos do Reino de Deus”; enriqueceu nossa história com outros louros. Não deixamos de estar com ele e ele conosco. Beijo e abraço fraterno desta Diretoria grata, muito grata, gratíssima. Uma universidade (Valadares/MG) o leva, porque é bom e nós o sabemos. Conso-lo, no entanto, porque outra universidade (Juiz de Fora/MG) nos traz

ZWINGLIO MOTA DIAS – mineiro, também teólogo – faz parte íntima da gloriosa aventura ecumênica, viveu e ‘com-viveu’, total ou parcialmente, com todos os momentos que têm constituído parte da epopéia de tantos que servem ao Reino – Isal, Cedi, Koinonia; livros, artigos, cursos, palestras, conferências, seminários, pastorados, sempre colado com a gente, é o novo editor. Quase não usamos pontos-finais porque, embora falemos de dois editores geograficamente distantes um do outro, ambos são que nem gêmeos ecumênicos servos do Reino e páginas abertas da história de KOINONIA. A Diretoria orgulhosa, muito orgulhosa, orgulhosíssima apenas quer dizer que este, Zwinglio, é quem responde agora pela editoria de TEMPO E PRESENÇA. A corrida continua.

Há anos sou assinante de TEMPO E PRESENÇA, revista preciosa para meu trabalho na pastoral social e acreditada no Ecumenismo. Parabéns!

Pena que seja só bimestral.

Gostaria de pedir endereços, em São Paulo, de entidades que possam assessorar uma recém-fundada ONG na periferia, que tem por objetivo principal cursos profissionalizantes para adolescentes e geração de renda para mulheres desempregadas.

O meu muito obrigado e muito sucesso!

Giovana Zonta

Jandira/SP

Estou renovando minha assinatura, e aproveito para agradecer esta saudável leitura de TEMPO E PRESENÇA. Estou torcendo também para que tenhamos um governo comprometido com o bem-estar social, e de preferência com os excluídos (preferidos de Deus-Pai).

Lucivaldo Rodrigues Soares

Fortaleza/CE

A função da imprensa não é apenas informar, mas sobretudo formar. Não neguemos que qualquer periódico assume essa função. Todavia o caráter e a perspectiva do que se deseja formar é o que faz a diferença. A revista TEMPO E PRESENÇA se diferencia devido à qualidade dos seus artigos e discussões proporcionadas aos leitores. Nesse sentido, sua preocupação é formar o cidadão crítico, interpretativo e capaz de emitir suas próprias opiniões sobre as diversas questões relacionadas com o Brasil e com o mundo. É assim que a vejo, seus textos e artigos, mais do que informar, forma para a vida. Nada mais gratificante do que abrir uma revista e ver os temas serem tratados com tanta propriedade, seriedade, compromisso e profissionalismo; temas considerados tabus e que muitas vezes são distorcidos pela imprensa sensacionalista ou tratados com descaso. Pela seriedade e compromisso, renovo com prazer e orgulho a oportunidade de poder continuar tendo acesso a essa revista, fonte de estudo, reflexão e análise. Sucesso em 2003 e vida longa à Equipe Koinonia que tem nos possibilitado repensar a arte de viver.

Waldecir Chagas

Por e-mail



Reaviva-se o sonho da vitória da democracia!

Assistimos perplexos de várias partes do mundo ao renascimento de uma forma de pensar truculenta e bélica, que já não esconde, ou que se apresenta sem sutilezas, como a afirmação da intrépida vontade de uma elite de americanos-do-norte de se manterem como única referência de poder e de ordem social para todos.

Petróleo, petróleo, petróleo, é o nome oculto nas repetidas evocações de guerra presentes no não dito dos discursos de Bush sobre o Oriente Médio – assim aprendemos com Eduardo Galeano no Fórum Social Mundial (FSM 2003). Guerra, estratégias da máquina de matar belicista, e terror de Estado, esse é o sonho de paz do poderio militar sem fim: o medo do outro é minha legitimidade! E tudo indica que a máquina de destruição estará em andamento contra o Iraque quando o leitor receber este texto. Assustados estamos de fato por tanta capacidade de destruição reunida em tão poucas mãos. Mas não estamos acuados.

A urgência de impedir a guerra nos uniu em marchas no dia 15 de fevereiro passado, e ainda que não tenhamos parado os insensíveis donos do mundo, mantivemos em curso nosso frágil, porém eficiente barulho desmoralizante. É sim. Com o intuito de desmoralizar as razões dos donos do mundo que nos manteremos em marchas.


Assim também estivemos em Porto Alegre.

Juntos a uma polifonia de vozes nos somamos como ecumênicos a advertir o mundo contra toda forma de intolerância – terra fértil das movimentações de poder de Estado, e da imposição do ser particular de alguns sobre a sociedade toda. Em painel naquele Fórum junto a parceiros de todo o mundo e de distintas religiões (ali estava KOINONIA), nossa representante Geneviève Jacques, do Conselho Mundial de Igrejas, afirmou que um tempo de paz precisa ser declarado, e que contra toda a intolerância necessitamos mais que tolerância, evocamos a fraternidade, a solidariedade e a convivência... E ainda que poucos numericamente, os representantes de mais de dez tradições religiosas oraram juntos em ato ecumênico pela paz, lançando sua voz desde a capital gaúcha.

Entre Davos onde se reuniram os *donos do mundo* – Fórum Econômico – e Porto Alegre onde se reuniram os *habitantes do mundo* – Fórum Social – dois destinos se traçam divergentes para nosso lugar de viver (ecumene). O horizonte sombrio da lei do mais forte, dos que escolhem eixos (bem x mal), dos que não ouvem o outro se choca contra a vontade de ser diversidade presente no FSM 2003. Essa é a síntese das sínteses da voz da sociedade que vai se forjando em coro (de muitas vozes): a diversidade é a novidade.

Muitos ouvidos já calejados pelo trato do convívio com a política cer-

tamente vão reconhecer em alguns refrões (a exemplo do “abaixo o imperialismo” e outros) que ecoaram nas ruas e em espaços do FSM 2003, chavões de uma juventude anos-60 já meio vetusta, ou quiçá de uma esquerda de muros não caídos... Mas que o trato do tempo não lhes tenha ferido a sensibilidade, é o que se espera. Pois vale ficha de alto valor na mesa para pagar para ver se conviveram outrora tais expressões com tantas outras simultâneas e de igual peso. Cânticos, discursos, debates, materiais impressos, vídeos, mostras... De gentes em busca de igualdade sexual, racial, de saúde, de condições de vida e ambientais, quase que a rogarem aos céus por um mundo em que nenhuma unilateralidade se estabeleça.

Assim feita “usina de idéias”, como dizem seus organizadores, se afirma a experiência do FSM 2003, e como oficina de sonhos reaviva-se a esperança na democracia plena. Essa democracia que venceu o medo eleitoral no Brasil, e que clama por justiça contra o império da distribuição desigual de riqueza e pelo reconhecimento universal de que, quem quer que seja, desde que nasce, é um ser de necessidades e de direitos – econômicos, sociais, culturais, que o tornem dignos de viver em paz e cuidar dos ambientes que habitamos com outros seres. 

Educação, lazer, cultura para idosos?

Marlene Robin Campante

Uma experiência de trato pedagógico com pessoas da chamada Terceira Idade, longe de assistencialismos perigosos e de práticas 'lazerosas' únicas. Derrubado o estigma do idoso coitadinho, descobre-se a arte de não parar de viver, típica de certas plantas de diferentes gêneros e famílias, com flores que secam sem murchar e se exibem vivas e ornamentais

Pensar um espaço de educação, cultura e lazer dos idosos é algo muito novo na nossa história. A universidade abrindo-lhes as portas é um fenômeno muito recente. Qual será a razão para essa nova postura da sociedade e dos meios acadêmicos em relação às pessoas idosas dispostas a adquirir novos conhecimentos? Haverá uma causa para tal abertura? É evidente que o comportamento de aceitação do ingresso de leva assim de pessoas que não são o modelo de usuários dos espaços universitários, deve-se a alguma forma de pressão que surge de algum lugar, respondendo a algum tipo de demanda. E quais são as consequências? Quem se beneficia com isso?

A população idosa está aparecendo no cenário social com muita força, como fenômeno mundial. Vemos-lhe a presença, tanto nas estatísticas que mostram os dados a apontar para uma mudança no quadro demográfico da sociedade, quanto nos meios de comunicação, como assunto quase obrigatório na atualidade. Mas o grande marco dessa nova realidade são os inúmeros projetos na área social e educacional que se têm voltado para essa faixa etária, o que, em última análise, responde a pressões dos próprios idosos. Hoje muito mais numerosos que no passado e gozando de mais saúde, devido aos avanços da medicina e à melhoria na qualidade de vida em geral (e aqui nos referimos aos idosos de grandes centros urbanos), esses não-jovens vêm demonstrando um surpre-

endente interesse em manter um determinado nível de atividade e de vontade de atualizar-se e de aprender mais. E percebe-se, enfim, na sociedade uma preocupação, mesmo forçada, em abrir espaços para esse contingente que vem chegando, e que chega lutando para vencer, aos poucos, as dificuldades do preconceito e da marginalização. Sabemos que o valor conferido às pessoas na avaliação da mesma sociedade está ligado à produção e ao consumo e que, por isso, quem produz e quem consome é que conta, ou seja os mais jovens. Nesse contexto, não resta a esse contingente senão lutar pelo seu lugar de direito como cidadãos que trabalharam e contribuíram durante toda a sua vida para o País.

Vemos, então, que um movimento se fez sentir na sociedade. Até há pouco, aqueles indivíduos economicamente ativos e que, com a aposentadoria, passavam a uma situação de inatividade, acabavam sendo vistos como incapazes, numa percepção, externa e interiorizada como de imutável decadência. No entanto, há alguns anos, muitos daqueles aposentados, superando a passividade, começam a lutar por seus direitos, num engajamento que é novidade no cenário social. Em lutas vitoriosas por direitos que hoje passaram a fazer parte da legislação, esses movimentos e atitudes participativas vêm aos poucos transformando a imagem estereotipada dos velhos das gerações anteriores. Acrescente-se, ainda, a participação na busca de novas

oportunidades sociais e de descobertas de novos interesses, e temos uma versão mais atual do que pode significar envelhecer num processo de construção da própria existência. Os idosos começam a perceber que lhes cabe continuar esse construir, resguardando a satisfação de viver ou procurando readquiri-la abrindo espaços para isso.

Assim, como uma onda, tais pessoas antes confinadas tentam fugir do isolamento marcando presença na sociedade. Já nos anos de 1970, algo acontecia com o surgimento aqui e ali de associações de aposentados, encontros de idosos para atividades culturais e, mais recentemente, universidades abertas para a Terceira Idade, cursos de extensão e outros programas e serviços. Sem esquecer aqueles que vêm nesse contingente um filão a ser explorado em termos de mercado e, sabemos, o mercado tem antenas ligadas para novas possibilidades de expansão.

As instituições universitárias não ficaram indiferentes (ler "Envelhecimento populacional...", páginas 11 a 14) à pressão que vinha da presença daqueles acima dos cinquenta ou sessenta. O potencial representado por essa camada da população exigia delas nova postura, abertura para a possibilidade de atender a suas demandas, incluindo-os em projetos especiais e mesmo abrindo-lhes a oportunidade de ingresso em seus cursos regulares. Essa é uma nova realidade. Se antes havia um limite de idade acima do qual impossibilitava-se toda e qualquer oportunidade de acesso a quem o ultrapassasse, hoje isso não mais é motivo de interdito.

Aqui queremos apresentar, como um estudo de caso, um trabalho desenvolvido com idosos num ambiente acadêmico, na zona sul do Rio de Janeiro, cidade que hoje possui, proporcionalmente, o maior número de idosos

do país. Esta, talvez, seja uma das razões de, há dez anos atrás, ter surgido a idéia de se oferecerem, no Instituto Metodista Bennett, cursos e atividades voltados para a terceira idade. Foi, então, criada a Faculdade de Cultura da Existencialidade ou, simplesmente, a FaCE.

No trabalho iniciado, queríamos desenvolver algo longe de concepções simplistas, seja como as que consideram os idosos pessoas atingidas pela decadência e, por isso, relegadas ou desinteressadas, seja, ao contrário, como as que os fazem pertencentes a um grupo chamado de 'melhor idade'

Uma tentativa de reinvenção do que significa o envelhecimento, com o respeito e a dignidade que a sociedade dos tempos modernos tem negado aos seus mais velhos. Nesta reinvenção cabe a arte de viver

ou 'feliz idade', concepção esta que corre o risco de ser não somente infantilizante, mas perigosamente demagógica, porque podem simplesmente escamotear os conflitos naturais do processo de envelhecimento.

O projeto em questão considera desde o seu começo os indivíduos em sua inteireza e potencialidade intelectual e criativa, idosos ou não. Trata-se de um projeto voltado para a maturidade, entendendo-se maturidade como "um estado possível do ser humano em busca de sua realização pessoal, no interior do convívio social". Isto é sem dúvida uma tentativa de reinvenção do que significa o envelhecimento, com o respeito e a dignidade que a sociedade dos tempos modernos tem negado aos seus mais velhos. Nesta reinvenção cabe a arte de viver que não é a busca de uma juventude eterna, falsa, mas de um gozar da plenitude da vida, na conquista do vir-a-ser que se faz no cotidiano.

Pois bem, em março de 1992, um grupo de pessoas, a maioria entre os sessenta e setenta anos, que soubera pelo

Instituto Metodista Bennett



Oficina no Bennett: ao se inserirem num contexto educacional, idosos vivem experiência de crescimento e satisfação que vitaliza a existência



O desenvolvimento de potencialidades contribui principalmente para uma mudança na auto-imagem e na imagem que o idoso projeta

jornal dessa iniciativa, participou das primeiras aulas em torno de filosofia do cotidiano, de história (à época, as crises do socialismo e do capitalismo), de economia brasileira (as bases do subdesenvolvimento, a lógica da acumulação, os desequilíbrios estruturais), de literatura brasileira. Além delas, não foram esquecidas a reeducação dos movimentos e do cuidado com hábitos alimentares, estas últimas numa atitude de prevenção para uma vida mais saudável.

No decorrer do tempo, o que se tem visto é uma participação interessada e ativa. Seguiram-se encontros em que se pôde, isto há alguns anos, analisar em ciência política o fenômeno da globalização e suas consequências (e elas estão aí...), e em 2002, o pensamento democrático e a tolerância. Ainda mais, entre outras tantas áreas do conhecimento humano, sempre um lugar para a arte, com paisagismo, história da arte ou apreciação musical. Depois veio a introdução ao uso do computador, por exigência dos estudantes, para, segundo eles, não entrarem no

século XXI "analfabetos em informática". Acrescentem-se a isso, as atividades nos ateliês (pintura, cerâmica, escultura e mosaico), o teatro, a dança, os passeios. Aqui, cabe ressaltar a preocupação em evitar o mero ativismo.

Organizam-se as atividades a partir de consulta prévia, de forma a permitir escolhas que caibam dentro do tempo interno de cada um, levando em conta as preferências. Trocar a passividade pela festividade não nos parece postura de sabedoria, pois pode-se incorrer em erro pelo excesso. E tentamos sempre uma atitude aberta que permitiu durante todos estes dez anos uma convivência intergeracional. Diríamos que se trata de um espaço aberto, no princípio, para os idosos, mas que, pelas atividades e disciplinas oferecidas sempre chamou a atenção de pessoas mais jovens que queriam participar, que foram chegando e se integrando, e é assim até hoje.

Podemos fazer algumas reflexões político-pedagógicas sobre essa ação educativa. No decurso do trabalho,

A abertura do espaço acadêmico para a educação, a cultura e o lazer dos idosos faz com que a Universidade, assim agindo, contribua para que se descortine a possibilidade de um tempo no qual essas pessoas possam viver livres dos rótulos inibidores e do preconceito que as limita e incapacita

numa avaliação na ótica dos professores, lê-se: *A otimização dos resultados na Faculdade de Cultura da Existencialidade deveu-se principalmente aos alunos, pela potencialidade ativa, pela motivação manifesta no desenvolvimento evolutivo dos conteúdos e, sobretudo, pela bagagem de conhecimento e experiências que a vida lhes proporcionou. (...) Gostaríamos de registrar que trabalhar com esse grupo, ao mesmo tempo homogêneo e diverso, em que há uma composição tanto de profissionais ativos quanto aposentados, foi valioso para o enriquecimento de nossos conhecimentos e experiências como seres humanos e educadores. Não faltaram respostas. Os estímulos surgiram dos dois lados.*

Aqui se percebe que o ato educacional tem duas vias. E mais, que os idosos naquele contexto não eram nem vítimas, nem seres pairando num universo idealizado de alienada festividade e reverência, mas pessoas criativas, curiosas e interessadas. Sabe-se, pelas pesquisas, que se há perdas com o passar dos anos, essas são compensadas e podem, mesmo, ser ultrapassadas naqueles indivíduos que vivem na perspectiva do aprimoramento e da

Eles podem descobrir que a vida pode ser bem vivida em toda a sua extensão: do nascimento à idade mais avançada. E isto é, acima de tudo, educativo, porque, ao derrubar o preconceito e se ter uma nova visão do idoso, todos aprendem

conquista do seu vir-a-ser como num eterno complementar de uma obra inacabada. Nesse contexto, a cultura da existencialidade ocorre na busca de sentido dentro de um cotidiano, no qual o indivíduo é confrontado, permanentemente, consigo mesmo, com o outro, com o seu imaginário e com a realidade, na sociedade e na cultura que o cercam. Essa postura, sabemos, independe de idade. O ser humano constrói sua existência pela vida a fora, num vir-a-ser constante, em processo, produto e senhor da própria história. Nesse sentido, o que se vê é que todos, professores e alunos, idosos ou não, são incluídos, aprendendo todos, podendo estar imbuídos na busca contínua do desenvolvimento pessoal.

Vejamos depoimentos de algumas alunas: Dora, aluna fundadora do curso, nas comemorações dos dez anos dessa experiência escreveu: "Acho que sempre soubemos que seria agradável ir mais fundo nos diversos níveis do conhecimento humano. (...) O programa da FaCE me faz lembrar um novo par de óculos: o cenário é o mesmo, mas a gente vê mais coisas". Já Eliane afirmou, há dez anos: "Ao contrário do que se possa imaginar, o curso tem uma proposta positiva, na medida em que combate a impotência de pessoas na faixa etária acima dos quarenta

anos". E Albertina acrescentou em sua avaliação: "Para mim é uma chance a mais de aprender, de conhecer, de crescer, de participar". Aqui podemos acrescentar que isso somente se torna possível, quando se acredita nas possibilidades e capacidades dessas pessoas e sendo elas mesmas possuidoras dessa crença. Se considerássemos pelo aspecto da simples contagem dos anos, elas estariam fora desse universo de aprendizagem, alheias a ele. Sabemos, no entanto, que a inteligência e a capacidade de aprender se mantêm com a idade, o que é um fato comprovado por estudos, salvo se ocorrerem sérios problemas na saúde do idoso. A prática só vem a confirmar isto.

Pode-se destacar aqui que a postura de ativa participação que se verifica naquelas pessoas idosas, ao inserirem-se num contexto educacional, abrindo-se para um processo de aprendizagem que se faz permanente, dá-lhes a chance de vivenciarem uma experiência de crescimento e satisfação que alimenta, tonifica e vitaliza a existência, acrescentando-lhe um novo sentido.

Por outro lado, a presença dessas pessoas maduras e sua participação em condições de desenvolver potencialidades e aprofundar conhecimentos, concorre sobretudo para uma mudança na auto-imagem e na imagem que projetam. Ao superar a passividade que lhes estava sendo imposta, podem percorrer novos caminhos de descobertas das próprias possibilidades criativas e de intervenção na realidade.

A abertura do espaço acadêmico para a educação, a cultura e o lazer dos idosos faz com que a Universidade, assim agindo, contribua para que se descortine a possibilidade de um tempo no qual essas pessoas possam viver livres dos rótulos inibidores e do preconceito que as limita e incapacita.

Ainda mais, ao valorizar-se a experiência acumulada em toda a densidade de que os anos vividos conferem, abre-se também aos mais jovens uma nova visão do envelhecimento. Eles podem descobrir que a vida pode ser bem vivida em toda a sua extensão: do nascimento à idade mais avançada. E isto é, acima de tudo, educativo, porque, ao derrubar o preconceito e se ter uma nova visão do idoso, todos aprendem. Ao cair o estigma, todos se libertam. Ocorre uma reavaliação de postura e a segregação deixa de fazer sentido. Todos são incluídos no espaço vital. Nessa aventura de viver, jovens e idosos são participantes e a idade deixa de ser critério avaliativo para inclusão ou não. Neste sentido, podemos experimentar, todos, um lampejo de utopia.

Diante dessa nova realidade do envelhecimento da população, a Universidade, como território avançado do pensamento, tem essa contribuição a oferecer à sociedade (ler "Envelhecimento populacional...", páginas 11 a 14), devendo mostrar-se aberta, e experimentar criativamente essa oportunidade.

Marlene Robin Campante, educadora e coordenadora da FaCE.

Envelhecimento populacional e a universidade de Juiz de Fora

Márcia de Oliveira Guerra Deotti e Verônica Ramalho Borba

É de ressaltar a existência de mais uma universidade que decide elaborar curso e atividades voltadas para a "questão social do idoso". Esta, a de Juiz de Fora, discute a pauperização do idoso que é social e econômica e projeta-se sobre todo um município a fim de "sensibilizar a comunidade para as questões concernentes ao processo de envelhecimento populacional"

O envelhecimento populacional, resultado da redução das taxas de mortalidade e fecundidade, é um dos grandes desafios que o mundo terá que enfrentar neste século. Os idosos são a parcela que mais cresce no conjunto da população mundial. Segundo estimativas da ONU, em 2050, 22,1% da população do mundo terá 60 anos ou mais (1,97 bilhão).

Se considerarmos que o aumento da população idosa pressiona fortemente as estruturas socioeconômicas e políticas dos países, nas mais diversas áreas, verificaremos que o desafio será ainda maior para os países pobres, nos quais, já em 1999, vivia 61% da população idosa mundial.

No Brasil, o processo de envelhecimento populacional vem ocorrendo num ritmo acelerado e num curto espaço de tempo. Em 1960, a expectativa de vida de um brasileiro ao nascer era de 51,6 anos. Em 1999, esta passou a ser de 68,5 anos. Neste período, ocorreu também um declínio significativo do número de filhos por família, passando de 6,2 filhos em 1960, para 2,2 filhos em 1998.

Em 1950, com 4% de sua população constituída de idosos (2,1 milhões), o Brasil representava a 16ª população de idosos do mundo, em números absolutos. Projeções demográficas indicam que em 2025, o Brasil possuirá a 6ª população de idosos do mundo, com 32 milhões de idosos que corresponderão a 15% da população total.

Em 2000, os idosos já constituíam 8,56% da população total (14,5 milhões), podendo-se, portanto, conside-

rar o Brasil um país envelhecido, segundo os padrões da ONU.

Em conformidade com a descrição da tendência mundial e brasileira, a cidade de Juiz de Fora apresenta hoje 10,6% de sua população urbana composta por pessoas de 60 anos ou mais, correspondente a 48.300 idosos. Quando incluídas nesse dado as populações rurais e dos arredores da cidade, o percentual sobe para 12%. A proporção de idosos na população total do município supera as apresentadas na cidade de Belo Horizonte (9,14%), no estado de Minas Gerais (9,8%) e no Brasil (8,56%).

Cabe ressaltar que este rápido envelhecimento da população brasileira vem se dando no interior de um quadro de sucessivas crises econômicas que aprofundam as desigualdades socioeconômicas da sociedade nacional.

Neste sentido, o expressivo aumento na expectativa de vida ao nascer e a queda nas taxas de fecundidade da população brasileira resultaram basicamente dos avanços da medicina moderna nos últimos cinquenta anos, e não de transformações sociais e econômicas que propiciassem melhorias nas condições de vida e de bem-estar da população em seu conjunto.

Este processo de envelhecimento populacional "artificial" (Kalache,

1996) implicou na constituição do que hoje se denomina a “questão social do idoso”: o maior contingente dentre os idosos pertence às classes sociais subalternas assalariadas, recebe aposentadorias e pensões insuficientes; possui baixo nível de escolaridade, quando a possui; em muitos casos, chefiava famílias; em muitos outros, vivem sozinhos a experiência do abandono. O resultado mais marcante na realidade brasileira, deste processo, é a pauperização da velhice.

Além disso, o crescimento quantitativo da população idosa não foi acompanhado por uma implementação efetiva de políticas públicas, igualitárias e universais que garantissem os direitos de proteção e participação social dos idosos. Historicamente, estes estão sujeitos a intervenções parciais, descontínuas e compensatórias no quadro das políticas públicas.

No entanto, devemos reconhecer que, desde os anos de 1960, quando tem início a problematização da realidade social do idoso na sociedade brasileira, muitos avanços foram registrados.

Assim, assistimos, a partir da década de 1970, e principalmente nos anos 1980 e 90, à inserção da questão social do idoso no debate nacional; à promulgação das primeiras leis de amparo à velhice; à definição de novas formas de trabalho com os idosos; ao desenvolvimento de estudos sobre o processo de envelhecimento; à capacitação de recursos humanos na área gerontológica; à garantia de direitos na Constituição de 1988; à promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social e da Política Nacional do Idoso; à constituição dos conselhos estaduais e municipais de defesa dos direitos dos idosos, entre outros avanços.

Esta série de conquistas transformou a questão do envelhecimento numa questão pública e mais, contri-

IDOSOS JÁ SÃO 15 MILHÕES

A população de idosos no Brasil poderá ultrapassar 30 milhões de pessoas nos próximos 20 anos, representando 13% dos habitantes. Em 2000, de acordo com o Censo, já havia quase 15 milhões de pessoas com mais de 60 anos, ou 8,6%. O número preciso era de 14.536.029, contra 10.722.705 (7,2%) em 1990.

A proporção de idosos cresce mais rapidamente que a de crianças. Em 1980, havia 16 idosos para cada 100 crianças; em 2000, a relação quase dobrou, com 30 para 100. A longevidade é o segundo fator de importância no aumento do número de idosos – o primeiro ainda é a queda na taxa de fecundidade. Como exemplo, o grupo de pessoas com 75 anos ou mais teve o maior crescimento relativo (49,3%) nos últimos dez anos, em relação ao total da população brasileira.

Mais da metade dos idosos, ou 62,4%, é responsável por domicílios. São 8,9 milhões de pessoas, com idade média de 69,4 anos, dos quais 37,6% mulheres. Como o país somava 44,7 milhões de domicílios em 2000, os idosos respondem por 20% deles. Entre os que sustentam moradias, vivem sozinhos 1,6 milhão, ou 18%.

A renda média dos idosos que sustentam domicílios é de R\$ 657. O valor representa um aumento de 63% em relação a 1991, quando o rendi-

mento era de R\$ 403, mas os idosos continuam a receber menos que a população de 10 ou mais anos de idade. Por gênero, os homens ainda ganham mais do que as mulheres: R\$ 752 contra 500. Quando se trata do número de anos de estudo, ainda é muito baixa a média entre os idosos responsáveis por domicílios: 3,4 anos.

Entre os direitos fundamentais conquistados pelos idosos, três merecem destaque. O primeiro está na Constituição de 1988, a primeira Carta brasileira que assegurou ao idoso o direito à vida e à cidadania. O artigo 230 afirma que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas” e garante gratuidade nos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 anos. Já a Lei Orgânica de Assistência Social, a Loas de 1993, garantiu à Assistência Social o status de política pública de seguridade social, direito do cidadão e dever do Estado, e reconheceu os municípios como instâncias privilegiadas para definir ações assistenciais. A terceira conquista é a Política Nacional do Idoso (PNI), de 1994, fruto da luta de entidades de idosos e aposentados desde a década de 1970. Tanto a Loas quanto a PNI contribuíram para a criação de conselhos municipais e estaduais de defesa dos direitos dos idosos, atendimento preferencial no comércio, serviço e órgãos públicos, entre outros benefícios.

buiu para que se operasse uma reformulação das representações sociais sobre a velhice, até então vinculadas basicamente aos estereótipos da inatividade, improdutividade, incapacidade, doença, solidão, dependência e outros.

Vários foram os que se engajaram neste processo de redimensionamento da questão social do idoso na realidade brasileira, cabendo ressaltar a atuação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, do Serviço Social do Comércio de São Paulo, da Le-

gião Brasileira de Assistência, da Associação Nacional de Gerontologia e das universidades. Estas se organizaram para desenvolver ações com a população idosa e para propor ao poder público o encaminhamento de soluções para a questão da velhice no País.

Mas este reconhecimento público foi o resultado também da luta dos idosos por seus direitos. No período de 1982 a 1988, várias atividades significaram avanços na organização e na representatividade deste setor na sociedade brasileira.

A mobilização da população idosa na década de 80 foi central para a garantia de direitos na Constituição de 1988, como os artigos 203, 229 e 230 e, especialmente, o capítulo relativo à Seguridade Social, mas, também, foi fundamental para que a questão dos direitos dos idosos entrasse definitivamente na pauta das lutas legítimas pela cidadania.

Os desafios postos pelo processo de envelhecimento populacional ganharam visibilidade pela ação política desse segmento etário que “[...] passou a exigir a definição de um posicionamento por parte de todas as instâncias sociais, públicas e privadas, em todos os níveis [...] a universidade, como instância da sociedade, foi solicitada e atendeu a esse apelo de uma nova realidade [...]” (Karsch, 1996).



As Instituições de Ensino Superior (IES), a partir da década de 1980, passaram a se interessar de forma mais incisiva pelas questões concernentes ao envelhecimento populacional, interesse esse que se fez presente nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

Deste modo, descobriu-se a implantação de cursos de geriatria e gerontologia, o desenvolvimento de estudos sobre o processo de envelhecimento em suas várias dimensões e, principalmente, o oferecimento de

atividades de extensão para os idosos nas IES.

A partir de 1990, verifica-se a ampliação do número de IES envolvidas na promoção de projetos de extensão na modalidade das “Universidades Abertas à Terceira Idade”, o que tem significado a abertura de um novo espaço de participação sociocultural para esse segmento populacional.

A atuação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) entre a população idosa teve início em 1991 com a implantação do Curso de Extensão “Universidade com a Terceira Idade”, que apresentava como proposta a preparação para a Terceira Idade e a atualização de conhecimentos, através de um processo de educação permanente de caráter interdisciplinar.

Vale destacar que a implantação deste curso veio demonstrar a sensibilidade social da UFJF em relação ao segmento idoso do município que, de acordo com o censo de 1991 (IBGE), já representava 8,3% da população total (31.851 pessoas com 60 anos ou

mais), superando também naquela época os percentuais apresentados pelo estado de Minas Gerais (8%) e pelo Brasil (7,5%).

Em decorrência das demandas dos seus próprios alunos e do interesse demonstrado por docentes da UFJF em desenvolverem atividades de extensão com o público idoso, ocorreu a ampliação e a diversificação da proposta inicial de trabalho, que, a partir de 1995, passou a se configurar como um programa denominado “UFJF/Terceira Idade”.

Promovido e coordenado pela Faculdade de Serviço Social, o Programa de Extensão UFJF/Terceira Idade, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, compreende um conjunto articulado de dezenove projetos voltados para a população idosa, numa ação interdisciplinar fundamentada na perspectiva de educação permanente, entendida como um processo educativo global, que propicia a atualização cultural dos indivíduos e atende à necessidade de acompanharem as rápidas transformações do mundo contemporâneo.



Atuação da Universidade de Juiz de Fora entre a população idosa, iniciada em 1991, cresceu a partir de 1995 com a demanda dos alunos


A realização do Programa vem possibilitando a preparação dos participantes para assumirem conscientemente o seu processo de envelhecimento e afirmarem sua identidade e cidadania, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e da participação social deles na comunidade local

Em relação à UFJF o Programa apresenta como objetivos consolidar a atuação da instituição entre a população idosa e fomentar atividades de ensino e pesquisa sobre o envelhecimento. Os objetivos direcionados para o município procuram sensibilizar a comunidade para as questões concernentes ao processo de envelhecimento populacional e fortalecer as iniciativas públicas e privadas de promoção de mudanças qualitativas no padrão de vida dos cidadãos idosos. O trabalho desenvolvido com os usuários objetiva: preparar os participantes para vivenciarem o próprio processo de envelhecimento; conscientizá-los sobre seus direitos; fornecer informações que possibilitem a atualização de conhecimentos, permitindo-lhes acompanhar o debate contemporâneo; resgatar o potencial criativo dos idosos, possibilitando novas formas de inserção social; estimular os idosos a redimensionarem seus espaços de participação social, visando sua contribuição efetiva na comunidade.

A realização do Programa vem possibilitando a ampliação da experiência interdisciplinar da extensão no meio da

população idosa do município, a expansão das atividades de ensino voltadas para a temática do envelhecimento, o desenvolvimento de pesquisas centradas nesta temática, a ampliação do intercâmbio entre UFJF e as outras IES que desenvolvem projetos semelhantes, bem como a preparação dos participantes para assumirem conscientemente o seu processo de envelhecimento e afirmarem sua identidade e cidadania, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e da participação social deles na comunidade local.

Nestes doze anos de funcionamento, as ações desenvolvidas centraram-se prioritariamente na área de extensão e o Programa passou a ser reconhecido pelas comunidades universitária, local e regional, como uma referência na área do envelhecimento, o que vem gerando demandas crescentes à sua coordenação (promoção de cursos, seminários, palestras, oficinas e treinamentos; desenvolvimento de pesquisas que envolvem departamentos da UFJF; produção e divulgação de conhecimentos no interior da UFJF e da comunidade local).

Diante destas demandas e do perfil demográfico da comunidade local, o Programa pretende ampliar sua atuação, tendo em vista assegurar o compromisso social da UFJF, fomentando de forma mais contundente as atividades de ensino e pesquisa que tenham como finalidade responder às demandas sociais presentes e futuras. 

Márcia de Oliveira Guerra Deotti, assistente social, professora aposentada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, assessora do Programa de Extensão UFJF/Terceira Idade.

Verônica Ramalho Borba, professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, membro do Núcleo de Pesquisa Sujeitos Coletivos e Cidadania, coordenadora do Programa de Extensão UFJF/Terceira Idade.

BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA. *Recomendações: Políticas para a Terceira Idade nos anos 90*. In: Seminário Nacional "O Idoso na Sociedade Atual". Brasília, 1989. p.2-39.
- BERQUÓ, Elza. Considerações Demográficas sobre o Envelhecimento da População no Brasil. In: NERI, Anita Liberalesso, DEBERT, Guita Grin (orgs.). *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papyrus, 1999. p.11-40.
- DEBERT, Guita Grin. As representações (estereótipos) do papel do idoso na sociedade atual. In: Seminário Internacional "Envelhecimento Populacional: Uma Agenda para o Final do Século", I, 1996, Brasília, *Anais...*, Brasília: MPAS/SAS, 1996. p.35-45.
- HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *O Direito à Velhice: os aposentados e a previdência social*. São Paulo: Cortez, 1993.
- KALACHE, Alexandre. Envelhecimento no Contexto Internacional; A Perspectiva da Organização Mundial da Saúde. In: Seminário Internacional "Envelhecimento Populacional: Uma Agenda para o Final do Século", I, 1996, Brasília, *Anais...*, Brasília: MPAS/SAS, 1996. p.13-15.
- KARSCH, Úrsula Margarida. *O Processo de Envelhecimento como Campo de Investigação na Área das Ciências Humanas*. Brasília: 1996. 15p. (I Seminário Internacional "Envelhecimento Populacional: Uma Agenda para o Final do Século")
- MARTINS DE SÁ, Jeanete Liasch. A Produção das Instituições de Ensino Superior sobre a Temática da Terceira Idade. In: Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos sobre a Terceira Idade das Instituições de Ensino Superior, V, 1997, Juiz de Fora, *Anais...*, Juiz de Fora: UFJF – Programa de Extensão UFJF/Terceira Idade, 1998. p.54-65.
- QUEIROZ, Zally Pinto Vasconcelos de. A Política Nacional do Idoso e os Conselhos de Defesa de Direitos. In: Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos sobre a Terceira Idade das Instituições de Ensino Superior, V, 1997, Juiz de Fora, *Anais...*, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora – Programa de Extensão UFJF/ Terceira Idade, 1998. p.69-78.

'Re-visitando' a ilha dos idosos felizes

Tomiko Born

Um relato-reflexão com sabor de canção triste que, entretanto, procura animar esperanças de melhor futuro. Resquícios, lamentos, negligência, abandono vêm salpicados de experiências ainda raras de metodistas, luteranos, vicentinos pelo respeito à vida de idosos. Promover discussão e cuidados, todos podem vir a ser idosos

O Brasil deixou de ser um país de jovens. A transição demográfica, que se realiza num contexto de enormes mudanças, cria novas necessidades sociais, numa sociedade que luta, ainda com seus problemas fundamentais. O avanço das ciências médicas contribuiu em muito para o aumento da longevidade. Embora os programas de proteção e promoção da saúde do idoso proponham-se oferecer possibilidade de vida independente e autônoma ao idoso, abreviando a fase de dependência, não se pode deixar de perguntar, quem cuidará dele, quando lhe declinar a capacidade de autocuidado. Pensamos logo na família cuidadora. É esta, também, uma das diretrizes da Política Nacional do Idoso (Lei 8.842 de 1994), que assinala no art. 4º, alínea III: *Priorização do atendimento ao idoso através de suas famílias em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência.* Além do atendimento por meio da própria família do idoso, a lei 8.842 enfatiza a necessidade de criar alternativas comunitárias ou não-asilares de assistência ao idoso: *casalar, república de idosos, centro de convivência, centro-dia, atendimento domiciliário.*

Entretanto, as modalidades asilares (filantrópicas ou com finalidades lucrativas) continuam a ser as formas mais comuns de assistência ao idoso, que por um motivo ou outro, não pode contar com o cuidado pela família.

Nos centros urbanos de maior porte, essas instituições passaram a receber, com maior frequência, idosos de idade mais avançada e mais dependente.

Se na sua origem eram meros abrigos, tanto o aumento de idosos dependentes, como a disponibilidade de recursos geronto-geriátricos, apresenta novos desafios – transformá-los em moradias especializadas ou instituição de longa permanência para idosos.

CARAVANA AOS ASILOS

Em setembro de 2001, uma caravana da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, organizada pelos parlamentares Marcos Rolim e Padre Roque, visitou várias instituições para idosos em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife. Fui convidada a integrar a Caravana em São Paulo e mais tarde, recebi o relatório da Caravana e suas recomendações.

Apesar de ter trabalhado quase vinte anos como assistente social numa residência para idosos e de ter visitado várias outras instituições asilares, fiquei extremamente perturbada com a situação encontrada na maioria delas, em São Paulo, no coração do capitalismo brasileiro. Numa dessas visitas, estava ao meu lado o promotor público, da Promotoria do Idoso, dr. João Estêvão, que vem se destacando por suas ações incursivas, por meio das quais têm sido fechado um grande número de casas de repouso. Espantei-me com o seu comentário, “esta casa deveria ser fechada, mas não o faço,

pois não tenho para onde encaminhar estas idosas” (era um abrigo que recebia idosas dependentes). Técnicos da Vigilância Sanitária de São Paulo relataram, também, que é tão grande a demanda por internação, que instituições fechadas são logo reabertas, em outro endereço e sob a responsabilidade de outra pessoa.

O relatório da Caravana, que me foi encaminhado meses mais tarde, apresentava um retrato dramático das instituições visitadas:

Nos asilos, os idosos não são concebidos como cidadãos. São resquícios, lembranças avulsas, lamentos. Pessoas tratadas como absolutamente incapazes, mesmo quando no gozo pleno de suas faculdades mentais ou independentes fisicamente. Não podem decidir o que quer que seja, devem responder prontamente às normas internas definidas sempre por outros, comer a comida que outros preparam, dormir e acordar nas horas de praxe, tomar a medicação que lhes é dada e aguardar. Aguardar, indefinidamente, por nada. Em grande parte das instituições, não possuem sequer o direito ao nome próprio. Aqueles que interagem com eles, não sabem seus nomes. O espaço que habitam não é o seu espaço. Dormem em quartos onde as camas quase se tocam, junto com outros idosos que jamais viram antes. Não possuem privacidade, nem contam com mobiliário próprio que lhes permita guardar seus pertences e ter a eles acesso. Nesses espaços onde se estranham, não contam, em regra, com uma estrutura física adaptada a sua



Fui convidada a integrar a Caravana em São Paulo e fiquei extremamente perturbada com a situação encontrada na maioria dos asilos, no coração do capitalismo brasileiro

condição física ou às dificuldades que passam a experimentar para locomoção e outras atividades da vida diária (AVD). Os asilos onde foram deixados costumam lhes construir armadilhas perigosas: às vezes, uma escada íngreme, sem corrimões; às vezes, um banheiro úmido e escorregadio, sem amparos. Por conta disso, caem frequentemente e se machucam.

Os jornais deram alguma cobertura a essa Caravana, mas muito pouca se comparada à cobertura ao problema da Clínica Geriátrica Santa Genevieve, no Rio de Janeiro, em junho de 1996, quando em poucas semanas morreram dezenas de idosos internados e constatou-se um verdadeiro estado de calamidade.

UM TEMA TABU

Associadas a imagens sombrias como aquelas contidas no relatório da Caravana aos Asilos, as instituições asilares continuam a ser um tema pouco atraente. Lembra pobreza, negligência, abandono do idoso pelos familiares. Talvez, muitos leitores acreditem que nada tem a ver com famílias minimamente organizadas da classe média.

Parte da explicação encontra-se na origem histórica dos asilos, que geralmente foram criados por organizações religiosas ou de imigrantes para abrigar idosos pobres, sem família. E, é bom lembrar, que até há poucos anos, pessoas de cinquenta e mais já eram

consideradas idosas. Era prática bastante comum internarem-se, também, nesses asilos, pessoas portadoras de deficiência mental ou física, doentes mentais e, até crianças, um ambiente que lembra os *Alms Houses* da velha Inglaterra, dos tempos da rainha Elisabeth, tão bem retratadas por Charles Dickens.

O TEMPO PASSOU NA JANELA...

O envelhecimento demográfico no Brasil é uma realidade tão recente, que ainda não nos acostumamos às mudanças que ele está acarretando. Oscilamos entre imagens negativas da velhice associadas a perdas, doenças, dependência, solidão e abandono, a outras de uma velhice ativa, saudável, dos grupos da Terceira Idade, muitas vezes chamadas, eufemisticamente, grupos da melhor idade...

Se conseguirmos acertar melhor as nossas lentes, poderemos enxergar a velhice com as suas possibilidades, mas, também, com as perdas e o inevitável declínio físico.

Volta a pergunta: quem cuidará de nós quando ficarmos frágeis, dependentes e necessitados de assistência para realizar as atividades da vida diária, ir ao banco, ao médico, limpar a casa, lavar a roupa, cozinhar?

SERÁ A FAMÍLIA? MAS, QUE FAMÍLIA?

Quando pensamos na família e nos preceitos de várias tradições religiosas, desconfio que ainda temos em mente aquela família tradicional multigeracional, estável, que habita casas

relativamente amplas com um pé de jabuticabeira no quintal...

Quais são as condições da família hoje? Ou melhor, o que se entende por família hoje? Há aproximadamente dez anos, estive no Brasil um demógrafo-historiador alemão que informou que em Berlim (antes da reunificação da Alemanha), 50% dos domicílios eram unipessoais. Recentemente, a revista *Veja*, baseada em dados do IBGE, assinalava que 9% dos lares no Brasil são de pessoas sós.

Para entender as mudanças na estrutura familiar seria necessário analisar fatores psicológicos, sociológicos, econômicos. Em poucas décadas presenciamos enormes mudanças na sociedade brasileira: grandes ondas migratórias do campo para a cidade, mudanças nos papéis tradicionalmente desempenhados pela mulher, transformações na estrutura da família, desenvolvimento da biotecnologia, etc., resultando em diminuição da taxa de mortalidade e de fecundidade.

"ILHA DOS IDOSOS FELIZES"

Em 1992, no número 264 de TEMPO E PRESENÇA, dedicado pela primeira vez aos problemas do envelhecimento no Brasil, William Schisler Filho, pastor metodista e gerontólogo (precocemente falecido), escreveu um artigo, *a Ilha dos Idosos Felizes*. Nesse artigo, cuja releitura impressionou-me pela atualidade, apresentava uma nova concepção de instituição para idosos, que já era realidade no Centro Vivencial da Igreja Metodista, em Florianópolis.

O envelhecimento demográfico no Brasil é uma realidade tão recente, que ainda não nos acostumamos às mudanças que ele está acarretando. Oscilamos entre imagens negativas da velhice associadas a perdas, doenças, dependência, solidão e abandono, a outras de uma velhice ativa, saudável, dos grupos da Terceira Idade

Nesse Centro Vivencial, todos os detalhes, a partir do projeto arquitetônico até a organização do cotidiano, foram pensados para evitar os problemas que são geralmente associados à vida em instituições totais. Nas palavras de Schisler "a arte de viver em comunidade é a prática diária do Centro Vivencial. Isto significa um profundo respeito ao indivíduo, suas idéias e sua liberdade, ao mesmo tempo que se incentiva o dar de si aos outros para criar o bem comum."

O artigo aponta outros detalhes, como a liberdade de ir e vir dos residentes, participação na administração do Centro Vivencial, atividades, liberdade religiosa, abertura e intercâmbio com a comunidade.

Além do Centro Vivencial, destinada a idosos independentes, estava prevista a construção de mais duas unidades: a Segunda Etapa para a assistência a idosos dependentes e a Terceira Etapa para cuidados paliativos com idosos na fase terminal.

Com essas propostas, que se baseiam em conhecimentos de Gerontologia, a Igreja Metodista pretendia pro-

mover uma renovação no atendimento à velhice, a partir das doze instituições mantidas por ela.

MUITAS INICIATIVAS, MAS AINDA INSUFICIENTES

Vários grupos ligados a organizações religiosas, entidades científicas, governamentais e outras vêm desenvolvendo esforços no sentido de melhoria de instituições de longa permanência para idosos. Entre eles, merece destaque a iniciativa da Igreja Luterana, que há alguns anos promove encontros anuais, regionais e nacionais aos quais comparecem representantes de 25 a 30 instituições, que têm ligação funcional com essa igreja. São debatidas nesses encontros, entre outras, questões relacionadas com a administração, a participação dos residentes no conselho de moradores, além de temas gerontológicos em geral.


A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia tem oferecido espaço, nos seus congressos, para a realização de Fórum Nacional ou Regional de Instituições de Longa Permanência para Idosos. Esses fóruns sempre apontam para a complexidade e enormidade do problema: faltam recursos financeiros, conhecimentos técnicos, pessoal qualificado, dirigentes preparados, apoio governamental e comunitário. São comuns relatos de infantilização dos idosos, cerceamento à liberdade, invasão da privacidade, despersonalização e até mesmo violências cometidas contra eles. As melhorias conquistadas estão sempre aquém das reais necessidades, como revelou o

relatório da Caravana aos Asilos, mencionado no início deste texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso promover muito mais discussão sobre o tema do cuidado com o idoso dependente ou fragilizado. Se não morrermos logo, seremos um deles.

Nas nossas ações deveríamos pensar nas dimensões macrocósmica e microcósmica. A primeira irá exigir articulação política para que o governo, nas suas várias instâncias, com a participação da comunidade em geral, das instituições de ensino e de sociedades científicas promovam uma ampla ação para melhoria das instituições asilares. No plano microcósmico deveríamos, pelo menos, tentar melhorar as instituições para idosos ligadas às igrejas, seguindo os exemplos da atuação das igrejas Metodista e Luterana, mencionados acima. Em todo o Brasil, há inúmeros asilos mantidos pelos Vicentinos, que lutam com enormes dificuldades para prestar assistência a idosos carentes e que necessitam de ajuda financeira e apoio técnico para melhorar seu padrão de atendimento.

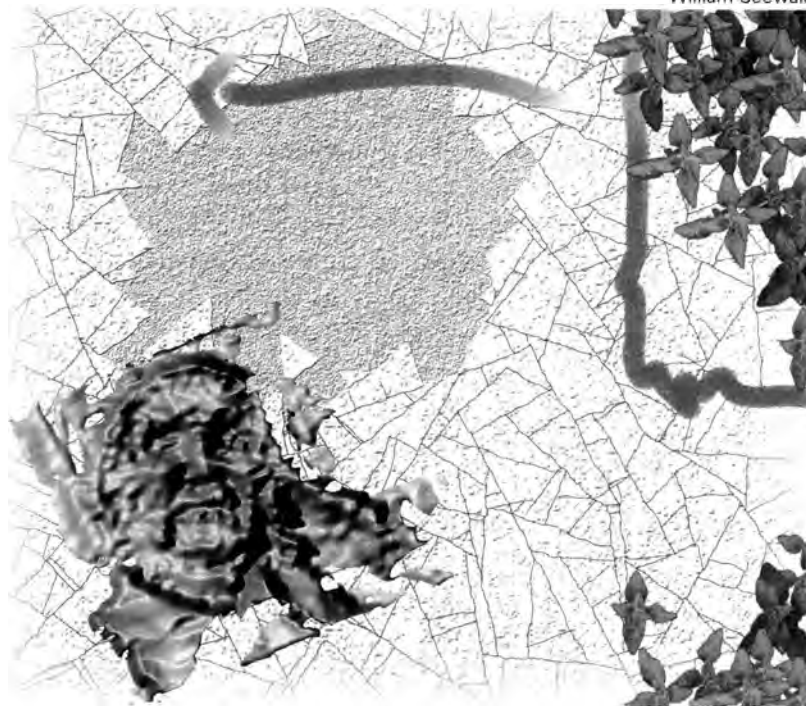
Aguardo, com esperança, a Campanha da Fraternidade de 2003, na expectativa de que ela propicie, também, uma grande mobilização com vistas à qualidade do cuidado prestado ao idoso em instituições. 

Tomiko Born, assistente social, coordenadora nacional do Fórum de Instituições de Longa Permanência.

Ordep Serra

O mistério da Terceira Idade

William Seewald



Será Terceira Idade uma invenção do mercado? uma expressão politicamente correta? Será que as fronteiras entre as três idades estão bem definidas? É clara a expressão para todos os povos do mundo e culturas? Parece que as indefinições fazem de 'Terceira Idade' um "lugar de ocultação". O Autor, contudo, não muito convicto do conceito, conclui com novo sentido "reportando-me a um horizonte sagrado", diz

Não há muito que se generalizou, entre nós, a expressão 'Terceira Idade'. Confesso que ela me deixa um pouco intrigado. Primeiro, pelo seu toque eufemístico. Ela tem a preferência de muita gente que lida com seu objeto, e teme causar incômodos: os geriatras, por exemplo. É uma expressão "politicamente correta"... Ora, como acontece com outras do gênero, a sua intenção de esconder alguma coisa é muito evidente. E essa evidência a contamina do negativo assim denunciado. Resulta uma forma clamorosa de calar... É como se 'velho' e 'velhice' tivessem ganhado uma conotação quase obscena...

MAS POR QUE 'IDOSOS' E

'TERCEIRA IDADE' SOAM MELHOR?

Torno a esta última expressão. Há nela outra coisa que me intriga: o esquema

implícito na sua definição, aparentemente muito natural. De novo, ela soa correta demais... Não a desprezo por isso, porém fico desconfiado. Reparem: é muito raro ouvir referências a pessoas da primeira ou da segunda idade... Estas só existem como uma postulação da terceira.

O esquema trietérico é tradicional em nosso mundo. E parece mesmo 'natural': parece apoiar-se em um dado biológico incontestável (o que explicaria sua ampla difusão, seu duradouro apelo). A vida dos animais superiores descreve uma curva. Desde o nascimento (e, a rigor, desde o período pré-natal) até um certo clímax, há um processo de maturação; atingido este ponto, que se mantém estável por um período mais ou menos longo, começa o bicho a perder vigor, de modo pro-

gressivo – até que morre, decrépito... Isto, é claro, se a sua trajetória vital não for interrompida antes: a morte pode ocorrer em qualquer uma das etapas da vida... e por diversas razões.

Não há fronteiras muito nítidas a distinguir essas três 'fases' de modo preciso, se as pensamos dessa maneira 'biológica' abstrata. E talvez seja perigoso simplificar tanto... O ciclo de vida está sujeito a variações que o enriquecem com recortes sutis: baste pensar nos que são impostos pelas flutuações relativas à maturação e à oportunidade sexual, implicando a definição de sub-ciclos específicos de acasalamento, procriação, cuidado e 'desligamento' da prole, coisa sujeita a uma gama de variações etológicas, entre os mamíferos, por exemplo. No caso humano, em que o regime de vida é configurado por

modelos culturais, a variação tem, é claro, um campo ainda mais rico. Isso explica por que a periodização que parece natural está longe de ser universalmente consagrada... De fato, para muitos povos do mundo a expressão 'Terceira Idade' soaria enigmática, ou seria fonte de grandes mal-entendidos.

Isso tem a ver com razões de ecologia humana e de organização social. Os múltiplos regimes adaptativos das diferentes sociedades antropianas e, em particular, seus diversos modos de produção (assim como a gama ricamente mutável dos padrões de socialização nelas encontráveis), são fatores óbvios da diversidade que se verifica na demarcação de etapas da vida, no cômputo e no reconhecimento de idades, etc. De resto, é claro que ao longo da história podem ocorrer, quanto a isso, muitas mudanças, num mesmo domínio sociocultural.... Assim, é em textos medievais estudados por Philippe Ariès (em seu clássico *História Social da Criança e da Família*) que a 'Terceira Idade' vem a ser a *adolescência*, depois da *infância* e da *puerícia*; essa *adolescência* começava nos vinte anos, e terminava aos vinte e oito (ou trinta, ou trinta e cinco anos), dando lugar, então, à *juventude*... até os quarenta e cinco (ou cinquenta) anos; em seguida, vinha a *senectude*... até os setenta; e por fim (daí para o fim), a *velhice*.

Isto é só um exemplo. A variação é mesmo grande... As culturas humanas diferem até na ponderação que fazem do parâmetro etário em termos de arranjo sociológico. Algumas operam uma divisão sistemática e complexa da sociedade em classes de idade (como ocorre com os Nyakusa, ou com os nossos Xavantes), enquanto outras ignoram por completo esse tipo de recorte.

Não me alongarei neste ponto. Não é difícil observar que as categorizações relativas ao ciclo da vida variam muito

A idéia de Terceira Idade hoje em vigor em nosso meio não é assim tão 'natural'. Penso que o esquema ora vigente tem como suporte menos um dado biológico que uma ponderação econômica oculta, projetada sobre este

entre os homens, e que a idéia de 'Terceira Idade' hoje em vigor em nosso meio não é assim tão 'natural'. Penso que o esquema ora vigente tem como suporte menos um dado biológico que uma ponderação econômica oculta, projetada sobre este. Em termos ideais, a segunda idade representaria o grosso da população economicamente ativa; na primeira, podem situar-se os candidatos a substituir os produtores efetivos, estes que também são responsáveis pelas alavancas do consumo; na terceira, acham-se os que apenas remanescem, já improdutivos e de pouco interesse para o mercado: estão para ser alijados pelo favor da natureza, mas, enquanto isso não ocorre, representam um custo excedente, sem expectativa de retorno. Na perspectiva da racionalidade neoliberal, o acúmulo que faz o idoso... de uma alta soma de aniversários... resulta em desperdício.

É óbvio que mesmo na idade produtiva se pode ser descartável, *inempregável* – como lembra o pós-moderno Fernando Henrique Cardoso. Essa tal de "idade produtiva" corresponde, hoje, a uma espécie de *seniority* técnica que se pode adquirir muito cedo, mas também se pode perder... ao menos em parte (ficando perito na penúltima técnica superada). E também é claro que muitos escapam da descartabilidade imediata mesmo no grupo dos *idosos* – dessolidarizando-se dos descartáveis de todas as faixas, e capitalizando o que lhes é negado.

A idéia da Terceira Idade hoje em vigor em nosso meio assinala uma espécie de margem problemática. Sua indefinição é seu melhor atrativo... É um lugar de ocultação.

EU NÃO VALORIZO ESSE BIOMBO, PREFIRO A CLAREIRA

O *handicap* da velhice é inegável. Ela traz consigo sérias limitações. Mas acho preferível encarar a sua leitura trágica (terrivelmente feita no último drama de Sófocles, por exemplo) a praticar um pudor extravagante com relação a ela.

Estou ficando velho, quero ficar velho. Mas não só porque a alternativa não me agrada; também porque mesmo no limite do trágico a velhice tem um valor único, uma luz própria. Sim, apesar de tudo... Talvez só ela torne legíveis certas dimensões da infância que trazemos em grande medida irrealizada. Um filósofo dizia (Lavelle, se não me engano) que as crianças são mais antigas do que nós, porque demoraram mais tempo escondidas nas profundas do Ser. Porém, segundo penso, só mesmo envelhecendo se reconhece esta antiguidade, se descortina o que ela esconde na fonte infantil de nossas almas.

CREIO QUE A VELHICE TAMBÉM PODE APROXIMAR-NOS DO DIVINO

Descubro agora um modo novo de pensar uma expressão que rejeitei. Vou mudar-lhe o sentido, mas que importa? Eu o farei reportando-me a um horizonte sagrado. No candomblé, os orixás – e apenas os orixás – têm uma Terceira Idade: só eles conseguem ser inteiramente moços e velhos ao mesmo tempo. O Criador é Oxalufã – o Velho Oxalá – e Oxaguian, Oxalá Moço. De todos os lados nos toca seu mistério. ☞

Ordep Serra, doutor em antropologia e colaborador de KOINONIA.

Sobre dignidade e esperança

Jether Pereira Ramalho

O sonho de uma ação ecumênica a envolver-se com os problemas de nossa sociedade faz parte da utopia do Autor. Por isso ele entrevê nesta Campanha da Fraternidade (2003) prenúncios de que se possam quebrar barreiras. Leitura do texto-base da Campanha e de outra iniciativa, a de luteranos, como sinais de esperança

O período da Quaresma, quando o mato se enche de flores, é propício para provocar e estimular a vivência de um espírito diferente, quando igrejas são chamadas a aprofundar o sentido de sua missão no mundo e de sua responsabilidade social. Nesse período, no Brasil, destaca-se a Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que seleciona uma temática básica da sociedade para aprofundar a reflexão sobre o tema e assumir um compromisso da ação a ser desenvolvida principalmente em todas as comunidades e paróquias católicas do País. Questões muito agudas têm sido debatidas, tais como desemprego, saúde, fome, falta de terra, trabalho, mo-

radia, exclusão social, etc. No ano de 2003 os desafios se concentram nos direitos das pessoas idosas – presença, cada vez mais crescente no Brasil e no mundo – de viverem com dignidade e respeito.

A reflexão sobre essa e outras temáticas teria, sem dúvida, repercussão e efeito muito maiores se fosse assumida pelas diversas igrejas cristãs, que igualmente têm demonstrado compromisso e sensibilidade com os desafios para a construção de uma sociedade mais justa e menos excludente. A experiência do ano de 2000 indicou ser possível e desejável cada vez mais se unirem esforços para ações conjuntas diante de situações que atingem parte tão considerável de nosso povo.

Não se pode negar que a preocupação com a pobreza, com doentes, órfãos e idosos tem estado presente na história das igrejas. O que está mudando nos últimos anos, ainda que lentamente, é a compreensão e a forma de se enfrentar tão complexos problemas. Antigas e novas questões sociais estão exigindo mais apurado discernimento e compromisso abrangentes no enfrentamento da aguda problemática social do nosso tempo. Não é suficiente e não basta que as igrejas se restrinjam a atender aos efeitos, cada vez mais agudos da estrutura social injusta e excludente que foi construída.

Sinal promissor de nosso tempo é que algumas igrejas estão se sentindo, não como observadoras ou simplesmente julgadoras da sociedade, mas

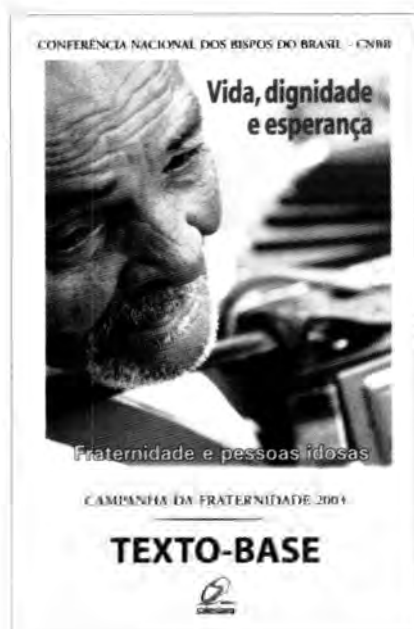
como participantes comprometidas com a própria formação da sociedade, o que vai exigir, além da compreensão da conjuntura social, nova reflexão teológica e nova forma de ler e interpretar a Bíblia. Certamente isso exige coragem, e novos compromissos, e superação de arraigados preconceitos, e sensibilidade para viver o tempo de hoje.

FRATERNIDADE E PESSOAS IDOSAS

“A presença de tantos anciãos no mundo contemporâneo é um dom, uma riqueza humana e espiritual nova. É um sinal dos tempos que, se for plenamente compreendido e acolhido, pode ajudar o homem de hoje a reencontrar o sentido da vida, que ultrapassa em muito os significados contingentes que lhe são atribuídos pelo mercado, pelo Estado e pela mentalidade dominante” (Conselho Pontifício para os leigos. *A Dignidade do Ancião e a sua Missão na Igreja e no Mundo*).

A Campanha da Fraternidade de 2003 tem como objetivo motivar todas as pessoas para que, iluminadas pelos valores evangélicos, sejam construtoras de novos relacionamentos e de novas estruturas, que assegurem valorização integral às pessoas idosas e respeito aos seus direitos.

O texto-base da Campanha contém importantes contribuições de analistas da conjuntura social, teólogos e biblistas, especialistas em gerontologia e agentes sociais com experiência na convivência com idosos. Permanente-



mente estimula a parceria da Igreja com outras entidades da sociedade civil e do governo que estejam comprometidos em assegurar uma vida digna para eles.

O texto obedece ao clássico método de “Ver, Julgar e Agir”. Começa indicando que a população com mais de sessenta anos, no Brasil, tem aumentado rapidamente. Representava 4% em 1940, 8,6% em 2000, ou quase 15 milhões de pessoas e, na próxima década (2020), deverá atingir 15% da população brasileira.

Indica, na primeira parte, os mitos e preconceitos a respeito da população idosa e a influência dos diversos ambientes formativos no desenvolvimento e na mentalidade das pessoas, dando destaque para a grande força que a mídia possui hoje.

É importante a ênfase que acentua a necessidade de se compreender a velhice dentro de uma perspectiva do sentido de tempo. Não apenas o tempo linear, como o contar dos dias, meses e anos, mas o tempo interno, tempo vivido, repleto de sentimentos, emoções, experiências e sabedoria.

As políticas públicas de atenção aos idosos são indicadas e comentadas ressaltando-se questões importantes como o sistema de previdência, a moradia, as dificuldades da estrutura urbana e a precariedade do atendimento médico. Na análise da situação dos idosos, particularmente no Brasil, o texto oferece informações substanciais que desafiam reflexão séria e indicam a presença de uma mentalidade reducionista da pessoa humana, que só vale pelo que produz e não pelo que é. Os idosos não podem ser considerados um peso na sociedade, o que representa atitude de desrespeito à sua dignidade.

A segunda parte do texto, intitulada “Julgar”, oferece ampla e fundamentada reflexão bíblica e teológica. Inicia dando ênfase à dignidade da pessoa humana, como parte importante da obra da criação. Oferece uma exaustiva análise da perspectiva bíblica sobre a velhice, tanto no Antigo, quanto no Novo Testamento. Ressalta também os desafios e ameaças da atual fase de mudanças para a situação dos idosos. E essas mudanças são abrangentes, atingem a ordem cultural, socioeconômica, ética e religiosa. Insiste em valorizar o entendimento do idoso como elemento da continuidade na mudança, como guardião de uma memória coletiva.

O “Agir”, parte final do texto, propõe ações que visam motivar pessoas, igrejas, organizações sociais para serem construtoras de novos relacionamentos, novas estruturas, de valorização integral das pessoas idosas e de respeito aos seus direitos de viverem uma cidadania plena. Reconhece que diversas iniciativas em prol da população idosa vêm sendo realizadas no País por órgãos públicos, entidades civis, organizações não-governamentais e instituições religiosas de diversos credos.

OUTRAS INICIATIVAS

Diversas igrejas também têm dedicado cuidados especiais com a chamada população da Terceira Idade. Destaca-se no meio evangélico a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Vários seminários regionais foram organizados para buscar a melhor forma de atuação das igrejas ante o crescente número de idosos no País. Chegou-se à conclusão de que a questão merecia um seminário nacional para refletir sobre a condição da pessoa idosa no contexto da sociedade brasileira, o que aconteceu em Rodeio (SC), em 1997. O seminário centrou-se no tema “Terceira idade – Aqui você também tem lugar”. Foi uma oportunidade de aprofundar e atualizar a ação da Igreja Luterana com os idosos. Três grandes objetivos específicos foram alvos do encontro: aprofundar a compreensão do processo de envelhecimento no contexto da realidade brasileira; oferecer aos participantes e à Igreja elementos de compreensão da realidade para uma leitura da situação dos idosos em seu contexto específico; elaborar propostas de ação, de forma participativa, tendo em vista necessidades diferenciadas.

Houve continuidade dos propósitos do seminário nacional em diversas regiões do Brasil, com ênfase na formação, metodologia de trabalho e acompanhamento das ações crescentes com idosos nas comunidades luteranas.

Sinais de esperança, muitas vezes tímidos, indicaram que uma nova mentalidade vai se formando no sentido de se entender a velhice como a beleza do crepúsculo de um tempo que se viveu, quando sentimentos, emoções, sabedoria deram sentido à vida – valores que não podem ser desprezados.

Jetherr Pereira Ramalho, sociólogo, evangélico e membro do Conselho Consultivo de TEMPO E PRESENÇA.

Ivone Gebara

O espaço e o tempo da velhice

Envelhecer tem a ver com o espaço e o tempo da vida. Muitas vezes, pensamos que se trata apenas do tempo. Mas, não há tempo sem espaço e não há espaço sem tempo. Ambos se misturam na história de tudo o que existe. Ambos se entrelaçam em nossa existência cotidiana.

Na velhice nossa experiência de tempo e nossos espaços são diferentes de outras fases da vida. Nosso corpo como espaço e tempo é marcado e marca relações temporais e espaciais com coloridos e características próprias. Um é o tempo e o espaço da juventude, outro da idade adulta e outro ainda da velhice. Não vivemos os mesmos tempos nem ocupamos os mesmos espaços, mesmo se passamos a vida num mesmo lugar. Da mesma forma, há características diferentes no envelhecimento quando se trata de classe social. Envelhecer na riqueza e no cuidado com a satisfação das necessidades básicas não é a mesma coisa que envelhecer na miséria ou no abandono. Um velho pobre não vive como um velho rico... Uma velha amada e cuidada não vive como uma velha pobre e abandonada...

Envelhecemos de forma plural assim como vivemos de forma plural! O pluralismo é tão grande que alguns nem têm o direito de envelhecer e nem de imaginar sua velhice tranqüila ao lado dos filhos e netos. Morrem antes do tempo, antes mesmo de poder pensar na velhice. Envelhecer em certos rincões do mundo parece ser privilégio de poucos!

Em algum lugar do Nordeste brasileiro visitei um asilo de velhos como outros tantos espalhados pelo país. Fui conhecer essa obra de benemerência numa tarde de domingo. O calor intenso e o sol das três horas da tarde tornaram a visita difi-

cil e pesada. Eu parecia me arrastar pelas ruas buscando as pequenas sombras de muros e arbustos ao longo do caminho.

Não conhecia nenhuma das pessoas idosas do asilo, apenas uma das assistentes sociais. Um sentimento de inquietação me invadia. Algo estranho parecia tomar conta de mim. Queria estar alegre, conhecer as pessoas do asilo, falar com elas, conhecer suas vidas... Mas, aquela sensação corporal estranha parecia contrariar os bons propósitos de minha razão. Desde que cruzei a porta de entrada do velho prédio, o incômodo e estranho sentimento me invadiu ainda mais.

Comecei a visita pela ala das mulheres. Algumas estavam num corredor imenso que servia de sala, diante da televisão, olhando, simplesmente olhando, distraídas do mundo, alheias até ao que se passava na televisão. Outras estavam ainda deitadas em seus quatinhos e pouco reagiam à minha saudação.

Apenas, alguns sorrisos me foram entregues ao longo de minha breve visita... Apenas, alguns breves comentários sobre o calor e a perturbação trazida pelas moscas naquela hora do dia...

Passei para a ala dos homens. O mesmo espetáculo se reproduziu, embora eles fossem em número menor.

Meu coração estava apertado no peito. Minha respiração meio contida. Com certeza, o ambiente me incomodava... O cheiro de álcool misturado aos produtos de limpeza e a outros odores pouco convidativos me davam mal-estar. Não conseguia engatar uma conversa interessante com nenhum dos internados. Meu mal-estar cresceu ainda mais quando ouvi os gritos de uma mulher que se recusava a sair do banheiro apesar da insistência da enfermeira.

Eu queria sair de lá. Queria fugir longe dessas pessoas, meus semelhantes. Me sentia enredada, prisioneira embora tivesse entrado para a visita livremente.

Por que esse sentimento? Por que essa repulsa? Por que esse quase medo me invadia?

Para além da tristeza de certos asilos de idosos e idosas pobres, para além do abandono afetivo em que vivem eu comecei a me enxergar nas pessoas que lá estavam. Elas eram de certa forma eu. Elas eram meu futuro anunciado...

Um modelo do futuro humano estava lá, diante de mim, roçando meu corpo. Um futuro que me provocava, revolia minhas entranhas, me dava vontade de chorar. Confesso que temi esse futuro. Queria recusá-lo embora a recusa total não dependesse de mim. Queria negá-lo não como velhice, mas como uma diminuição do humano vivido hoje por mim.

Por que é assim? Por que está sendo assim? Este futuro humano me entristece, me deprime, me desagrada, contraria o sentido que busco...

Aquelas idosas eram eu. Eu me descobria na sua senilidade e tristeza. Eu me encontrava na doença e no abandono. Eu me descobria olhando a televisão sem ver nada. Eu estava lá não querendo sair do banheiro ou esperando a comida chegar. Tive medo de meu futuro. Tive náuseas deste presente...

Sai de lá triste... uma tristeza infinita, difícil de partilhar sobretudo quando já se vive às portas da velhice.

De repente, de volta para casa, me lembrei das muitas vezes que ouvi falar da sabedoria dos velhos, de tudo o que podem nos ensinar, de sua grandeza de coração e da beleza que é envelhecer com paz e harmonia. Comecei também a pensar nos textos que li sobre os conselhos que os velhos dão aos mais jovens, sobre a riqueza de sua experiência de vida e sobre tantas coisas bonitas que falam e escrevem sobre a vida de alguns velhos e velhas. Até as excursões organizadas para a Terceira Idade, os bailes, as atividades esportivas propostas por diferentes entidades... tudo me vinha à memória como para contrabalançar as impressões que levava em meu corpo. Seriam as pessoas do asilo da terceira, da quarta ou da quinta idade? Em que idade estariam? Como seriam classificadas? Estas

perguntas na realidade não me interessavam. Minha pergunta era outra!

A beleza e a sabedoria da velhice, seriam verdade? Ou seriam idealização? Seriam, por acaso, um discurso compensatório para evitar a presença dos velhos nos espaços mais jovens? Seriam uma espécie de "exílio dourado" no qual se vive ao menos em imaginação para não enfrentar a realidade de nossos corpos?

Um turbilhão de perguntas me invadiu misturando-se ao turbilhão de sentimentos que me habitavam.

Naquele lugar, naquele asilo, eu tinha vivido o avesso do que ouvira, o avesso dos meus desejos, o avesso de meus sonhos, o avesso de minhas leituras. Ali estava a senilidade que eu recusava. Ali estava o abandono que me apavorava. Ali estava a dependência, às vezes, insuportável. Ali estavam os odores avessos às colônias que eu tanto apreciava...

Então me veio à memória uma frase comum, muito ouvida: "a velhice não existe, a velhice é um estado de espírito". De repente, ela me agrediu quando antes me consolava. Ela açoitou meu espírito, meus sentimentos, meu corpo marcado pelo encontro real com pessoas velhas e carentes. Não podia mais concordar com ela, apesar de querer que tal frase fosse verdadeira. Como sair da contradição? Ou, como acolher a contradição?

A experiência do envelhecimento humano me dizia que minhas fantasias sobre a velhice estavam sendo negadas pela realidade da velhice. Aquele espaço e aquele tempo era um tempo de velhice abandonada à própria sorte...

Velhice! Existiria uma compreensão única de velhice? Não creio.

O que existe de fato são formas diferentes de envelhecer como formas diferentes de viver a vida de criança, de jovem e a vida adulta. E nesta diversidade imensa não podemos ter ilusões sobre a perda de energia, sobre a falta de memória, sobre a falta de condições básicas para viver com dignidade, sobre o estar aí, em lugares não escolhidos, esperando a morte chegar...

Ah! me lembrei também de outros tantos velhos de coração aberto, com a mente lúcida e o intelecto penetrante. Conheço alguns deles.



Ah! e aquelas alegres senhoras que conheci nos Estados Unidos que dirigiam um carro fazendo quilômetros de estrada e tinham mais de oitenta anos!

E aquele chefe de Estado tão velho e tão lúcido!

E o papa, João Paulo II, alquebrado sem dúvida, mas ainda firme como pontífice católico querendo levar sua função até a morte!

Mas, nada apagou de mim a tristeza quente, o odor azedo, a lembrança dolorosa da velhice abandonada.

Envelhecer é uma experiência plural na singularidade de cada vida.

Pode ser uma fruição, mas pode ser perdição...

Pode ser acolhida, mas pode ser rejeição...

Pode ser acompanhada, mas pode ser enfadada...

Pode ser alegre, mas pode ser triste...

E nessa Babel de experiências e de idéias me veio de repente à memória, um texto do Evangelho de Lucas (2.36-38) que me deu alento:

E havia também uma profetisa chamada Ana, de idade muito avançada, filha de Fanuel, da tribo de Aser. Após a virgindade viveu sete anos com o marido; ficou viúva e chegou aos oitenta e quatro anos. Não deixava o Templo servindo a Deus dia e noite com jejuns e orações. Como chegasse na mesma hora (da apresentação de Jesus no Templo), agradecia a Deus e falava do menino a todos os que esperavam a redenção de Jerusalém.

Os jejun e as orações de dia e de noite não enchiam o coração da mulher avançada em idade... Ana precisava ver o menino para cumprir seus dias com dignidade, alegria e sentido. Ana esperava um menino... Ana falava do menino para quem tinha esperança... E isto porque o mundo precisava das crianças para alcançar a redenção!

A velhice precisa ter crianças por perto, precisa falar dos meninos e das meninas que nascem e crescem. A velhice precisa ver que ao caírem as pétalas das flores um novo fruto está aparecendo...

Os novos frutos são a esperança da velhice... A criança é a salvação dos idosos e do mundo... Então a certeza de que os velhos fazem parte do ciclo da vida que os atravessa, se torna carne de esperança e de alegria...

Elas e eles foram antes flor, fruto e agora de novo semente para continuar a vida.

A segregação da velhice é a morte antecipada, é o decreto de morte antes da morte...

A segregação da velhice é a prisão do sentido da vida.

A esperança é a mistura, as linguagens diferentes, as idades diferentes, as dores diferentes, as alegrias diferentes compondo a grande sinfonia das gerações.

Tempo e espaço de velhice só é bom se for habitado por outros tempos e espaços...

Tempo e espaço de velhice só é bom se for vivido como uma nota alegre em comunhão com os espaços e tempos dos jovens e das crianças...

Só assim todos os corpos, jovens e velhos, verão "a salvação que vem de Deus". Esta utopia me habita apesar dos pesares!

Agricultura familiar e previdência social

Guilherme C. Delgado

Os personagens mais importantes do processo (nestas páginas) que se inicia em 1971 são idosos e mulheres do campo. No entanto, ao se pensarem mudanças na Previdência, podem-se perceber riscos para as conquistas de 1988

Demorou praticamente meio século, desde a promulgação da Lei Elói Chaves, em 1923 (que regulamentou a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões – CAP – dos trabalhadores urbanos), para que se inaugurasse no Brasil um sistema de assistência social aos idosos e inválidos do setor rural. Tal sistema – inaugurado pela Lei Complementar n. 11, de 1971, e implementado a partir de 1972 com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural/Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Prorural/Funrural) –, assistia os trabalhadores rurais, pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975), oferecendo benefícios precários de aposentadoria por idade aos sessenta e cinco anos, limitados ao cabeça do casal e com meio salário mínimo como teto.

Decorridos mais vinte anos desde a implantação do Prorural/Funrural (1971/1992), implanta-se o regime de universalização de atendimento aos idosos e inválidos do meio rural, pre-

visto na Constituição de 1988. A partir daí, introduziu-se o princípio do acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos à previdência social, em determinado regime especial, cuja principal característica era incluir o chamado setor rural informal, constituído pelo “produtor, parceiro, meeiro e o arrendatário rural, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar sem empregados permanentes” (art. 194, § 8º, Constituição Federal de 1988).

Esse público informal, do chamado regime de economia familiar, ao qual se soma o pequeno setor formal, composto por trabalhadores com carteira assinada, contribuintes em folha de pagamento à Previdência Social, era precariamente atendido pelo regime assistencial anterior, o Funrural, inaugurado pelo Regime Militar em 1971.

As principais mudanças normativas ocorridas a partir da Constituição de 1988, e que tiveram efetiva aplicação administrativa a partir de 1992, foram as seguintes: (a) equiparação de condições de acesso para homens e mulheres (o antigo regime era específico para o cabeça do casal); (b) redução do limite de idade para aposentadoria por idade (60 anos para homens e 55 para mulheres); (c) estabelecimento de um piso de aposentadorias e pensões em um salário mínimo (o regime anterior estabelecia teto em meio salário

mínimo para o público do Funrural e pensões limitadas a 30% do benefício principal).

Essas novas regras, aplicadas aos trabalhadores e produtores em regime de economia familiar, tiveram efetivo impacto social e econômico. Aumentaram expressivamente em poucos anos (1992/95) o grau de cobertura do sistema sobre o conjunto dos domicílios rurais e elevaram substancialmente a participação da renda previdenciária na renda familiar rural.

DA CONDIÇÃO ESTRITAMENTE PRIVADA À POLÍTICA SOCIAL

Ao se inaugurar um sistema efetivo de proteção social ao idoso, tendo por exigência somente sua condição prévia de trabalhador informal do setor rural e obviamente a própria idade, modifica-se toda uma história e concepção de proteção humana às pessoas idosas no setor rural. A tradição da família numerosa nas áreas rurais funcionara no passado como mecanismo de proteção dentro da família aos pais idosos, atribuindo-se em geral ao primogênito (embora não exclusivamente) a primazia dos cuidados e assistência aos pais idosos.

Essa tradição de família numerosa foi, de certa forma, apoiada pela própria política social dos anos de 1940 e 1950, quando, pela Lei do Abono (Decreto-Lei 3.200, de 1941), concedia-se uma remuneração (abono) equivalente a cem mil-réis para cada chefe de família, pai de oito filhos, e mais

vinte mil-réis por filho excedente (art. 29). Esse abono destinava-se, em sua esmagadora maioria, aos residentes na zona rural.

Não é preciso lembrar o quanto mudou a situação demográfica nestes últimos cinquenta anos. Por sua vez, mudanças econômicas significativas no mundo rural abalaram as condições de possibilidade da proteção exclusivamente familiar ao idoso, ainda mais quando essas famílias sofreram o mais agudo processo de pauperização e exclusão social ao longo da chamada "modernização conservadora" da agricultura brasileira (1950/80).

Nesse contexto, a previdência rural universal para idosos e inválidos, ainda que tardia, cumpre uma função de proteção social moderna, que é essencial à sociedade democrática. Permite, ainda no espaço privado familiar, uma revalorização das pessoas de idade que, ao acessarem a renda de aposentadoria, obtêm uma espécie de salvaguarda de subsistência familiar, invertendo o papel social de assistidos para assistentes, no contexto da estratégia de sobrevivência das famílias pobres.

CONCLUSÕES

A mudança do regime assistencial precário do Prorural/Funrural (1971) para o regime especial da previdência rural, implementado a partir de 1992 com base nos princípios de seguridade social da Constituição de 1988, trouxe avanços significativos de proteção so-



Constituição de 1988, promulgada por Ulisses Guimarães aos 72 anos, lançou as bases para um sistema efetivo de proteção social ao idoso

cial aos idosos e inválidos do meio rural e, particularmente, às mulheres semi-excluídas do Funrural pelo critério legal de amparo exclusivo ao cabeça da família.

De direito e de fato, muda-se uma concepção de proteção estritamente familiar ao idoso rural, vigente nos anos 1940 e 50, para inseri-lo no âmbito de uma política social que reconhece o direito do idoso de acesso à aposentadoria, independentemente de sua capacidade financeira de contribuir para o sistema da Previdência Social.

No entremeio dos anos 1970 e 80, prevaleceu o regime assistencial precário do Funrural, estabelecendo formas de acesso a benefícios previdenciários ultramitigados (por exemplo, meio salário mínimo como teto de aposentadoria) e ainda por cima submetido a uma gestão clientelística e de forte apelo eleitoral.

Ao inaugurar-se a previdência rural de fato em 1992, com a aplicação das novas leis de custeio e benefícios da Previdência (Leis 8.212 e 8.213, de 24 de junho de 1991), chegou ao meio

A mudança do regime assistencial precário para o regime especial da previdência rural trouxe avanços significativos de proteção social aos idosos e inválidos do meio rural, particularmente às mulheres

rural um sistema de atendimento ao trabalhador informal e à agricultura de subsistência, remetido, no texto da Constituição Federal de 1988 (art. 194, § 8º), ao conceito genérico de “regime de economia familiar”. Isso, na realidade, é uma novidade no sistema previdenciário, que desde sua criação em 1923 restringira-se ao contrato salarial de trabalho das categorias ocupacionais urbanas.

Em termos macrossociais, a implantação da previdência no meio rural trouxe resultados significativos, que podem se traduzir em indicadores de resultado, tais como:

- Aumento expressivo da taxa de cobertura dos idosos rurais, medida pela população beneficiária sobre a população total de idosos potencialmente credora de direitos à aposentadoria (pessoas com seis anos ou mais). Essa taxa, que chega a 93% na amostra de domicílios cadastrados como “zona rural” pelo INSS, é seguramente mais baixa na “zona rural tradicional” – algo em torno de 85%, mas é certamente mais alta que no “regime geral” (urbano) da Previdência Social, em que abrange cerca de 76% dos idosos, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD) de 1999.

- Inclusão expressiva das mulheres rurais no sistema de proteção social, mais que compensando a relativa exclusão anterior do Funrural. Hoje (1998), constata-se, na pesquisa domiciliar das regiões Sul e Nordeste da Previdência Rural realizada pelo Ins-


tituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que cerca de 63,2% dos aposentados e pensionistas do Sul e 62,2% do Nordeste são mulheres.

- Elevação significativa da renda domiciliar do público beneficiário, incidindo tais benefícios sobre uma população rural ou microurbana, em geral, muito pobre.

Por outro lado, há que considerar os benefícios não-planejados da referida reforma previdenciária, que têm a ver com a revitalização da economia familiar rural, a ponto de se constituir, no meio rural, uma categoria social de aposentados como grupo social que efetivamente se diferencia do universo de domicílios do setor rural tradicional. Essa diferenciação, por sua vez, se traduz em estratégias de subsistência e de produção familiar que cumprem uma importante função de “política agrária” e “seguro de renda agrícola” insuspeitados num sistema estrito da previdência social.

O caráter maciço do acesso da economia familiar ao seguro previdenciário (6,7 milhões de benefícios permanentes) e sua inserção nacional conferem ao sistema uma dimensão de instituição promotora de uma mudança estrutural no âmbito da distribuição social da renda, com modificações na estrutura produtiva do próprio regime de economia familiar rural que não podem ser negligenciadas pelas avaliações de resultados e pelos gestores de políticas.

Finalmente deve-se alertar para o fato de que essa nova instituição – a

Previdência Rural – é uma construção muito nova no edifício da nossa política previdenciária. Esta, conquanto preservada na Reforma Previdenciária do governo de Fernando Henrique, ainda corre riscos de desmantelamento, mesmo no governo Lula, porquanto há uma regra de transição que se encerraria em 2006. Após esta transição, se houver anexação da Previdência Rural aos critérios atuariais contributivos da Previdência Urbana, isto fatalmente inviabilizará o acesso da grande maioria dos trabalhadores rurais pobres da agricultura familiar brasileira. Há portanto que se recolocarem politicamente as conquistas de 1988, com atenção contra os permanentes riscos de retrocesso impostos pelas reformas da previdência de motivação estritamente fiscal. 

Guilherme Delgado, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea/Brasília) e membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB.

Fórum Social Mundial, 2003: a esperança de continuar vencendo o medo

Jorge Atilio S. Iulianelli

Uma análise oportuna e muito esperançosa que ressalta a mudança de atitude do próprio Fórum ("de uma ação antiglobalizante financeira e anti-Davos") e de igrejas e organizações religiosas (de "uma agenda particular... como se não fizessem parte do mundo"); aquele voltou-se para "uma Sociedade Mundial de Direitos"; estas "para outros atores da Sociedade Civil Mundial em vista de outro mundo possível"

O Fórum Social Mundial-2003 (FSM) foi uma reafirmação da Sociedade Civil Mundial, do desejo de constituir um novo mundo possível, no qual exista inclusão social e as guerras sejam banidas; no qual se possa afirmar a diversidade, de gênero, cultura, etnia, opção sexual, e tantas quantas existam, e ao mesmo tempo brindar a igualdade de direitos como uma conquista histórica dos seres humanos; novo mundo possível com projetos de desenvolvimento sustentável, garantia de promoção e preservação da biodiversidade, controle social da exploração capitalista do ecossistema, soberania e segurança agroalimentar. O esforço do FSM tornou-se uma pauta pública da Sociedade Civil Mundial – essa rede amalgamada, multiforme e polifônica – para operadores do mercado e governos. Poderíamos arriscar uma conclusão analítica: o FSM deu um salto de qualidade de uma ação antiglobalização financeira e anti-Davos para uma ação afirmativa da diversidade e de uma Sociedade Mundial constituinte de Direitos; apenas para continuar nesse diapasão poderíamos propor a tese de ser o FSM um espaço de exigibilidade de direitos cosmopolitas, direitos de cidadania mundial, direitos de cidadãos e cidadãos do mundo.

Nesse espaço houve mudanças em cada uma das edições. Nesta última, como analisou Candido Grzybowski, do Comitê Organizador, uma das mudanças foi a participação afirmativa, no seio do conjunto das ações do Fó-

rum, de uma série de setores da Sociedade Civil. Desse modo, a Via Campesina, por exemplo, que era um Fórum à parte, se incluiu no conjunto das ações do próprio FSM, da mesma forma o Portal da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as atividades dos sindicalistas. Isso foi uma novidade em relação às edições anteriores, e representa, em certa medida, um reconhecimento da importância do Fórum Social como um espaço de manifestação das diferentes intenções da Sociedade Civil Mundial, intenções que estão de acordo com a Carta de Princípios do Fórum.

Nela se afirma, dentre outras coisas: *Temos o compromisso de lutar pelos direitos dos povos, a liberdade, a segurança o emprego e a educação (...). Reafirmamos a supremacia dos direitos humanos, ecológicos e sociais sobre as exigências dos capitais dos investidores (...). Exigimos a anulação incondicional e a reparação das dívidas históricas, sociais e ecológicas como passos imediatos para a solução definitiva das crises que a dívida externa provoca (...). Demandamos um sistema de comércio justo que garanta pleno emprego, segurança alimentar, termos de troca equitativos e prosperidade local (...). Exigimos uma Reforma Agrária democrática com o uso da terra, da água e das sementes por parte dos trabalhadores rurais (...). Recusamo-nos fortemente a aceitar a guerra como caminho para resolver conflitos (...). Reconhecemos que con-*

Estou assumindo como articulista uma certa perspectiva do termo ecumênico, nela ecumenismo inclui três dimensões de busca: unidade dos que lutam por justiça, paz e integridade da criação; unidade dos que têm alguma fé (até mesmo ideológica) e unidade dos cristãos

tamos agora com uma melhor situação para desenvolver a luta por um mundo diferente, sem miséria, fome, discriminação ou violência; a favor de uma melhor qualidade de vida, com igualdade, respeito e paz.

PARTICIPAÇÃO ECUMÊNICA

Algumas organizações religiosas e ecumênicas, de diferentes partes do mundo, resolveram, também, assumindo esses compromissos do FSM, participar nele de modo integrado. Disso resultou um conjunto de participações que teve, pela primeira vez, uma articulação internacional procurando integrar diferentes parceiros. Além disso, havia algumas agendas específicas que já estavam dadas; no conjunto elas, também, perfilavam as ações ecumênicas no FSM. Apenas para dirimir questões de alguns leitores, estou assumindo como articulista uma certa perspectiva do termo ecumênico, nela ecumenismo inclui três dimensões de busca: unidade dos que lutam por justiça, paz e integridade da criação; unidade dos que têm alguma fé (até mesmo ideológica) e unidade dos cristãos. Nesse sentido, as ações que as diferentes organizações ecumênicas e reli-

giosas se propuseram podem ser assumidas como ação ecumênica no Fórum.

O próprio Candido Grzybowski, na análise citada anteriormente, durante a última coletiva de imprensa, declarou que a participação das organizações religiosas no FSM, assim como a dos camponeses e dos sindicalistas, também ocorreu de forma integrada ao conjunto de atividades do Fórum. Isso indica a aceitação da Carta de Princípios e de declarações do Fórum Social por parte das organizações ecumênicas e religiosas. E isto foi fruto de uma pioneira iniciativa de articulação, que precisa ser aprimorada, mas que colocou em comum diferentes iniciativas de parceiros ecumênicos do Norte e do Sul do Planeta.

"IDENTIDADE RELIGIOSA PODE SER USADA PARA O BEM OU PARA O MAL"

Identidade religiosa, globalização e cultura da violência foram temas abordados por Geneviève Jacques, diretora do Conselho Mundial de Igrejas, no painel *Combate à Intolerância e Respeito à Diversidade*, durante o FSM-2003. De acordo com ela, as religiões estão retomando um papel central na vida pública nacional e internacional porque têm respostas para a questão da identidade. "Mas a identidade religiosa pode ser usada para o bem ou para o mal. Dependendo do contexto, pode ser uma contribuição positiva na vida social ou uma ameaça à convivência".

Geneviève destacou que o projeto neoliberal da globalização traz a ilusão de universalidade, "mas representa o risco mais perigoso para a universalidade dos direitos humanos". Trata-se, afirmou, de uma tentativa ideológica de controlar o conjunto das realidades humanas e de impor o pensamento único. A consequência disso seria a cultura da violência, "uma cultura de opressão que penetra todos os níveis da vida da humanidade".

Erradicar a violência, analisou

A articulação ocorreu por iniciativa das organizações ecumênicas brasileiras, que se têm reunido no Fórum Ecumênico Brasil (FE-Brasil), sucedâneo da seção brasileira de uma ação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI): o Compartilhar Ecumênico de Recursos. A partir do FE-Brasil se uniram outras redes, identificadas com a proposta ecumênica, tais como a Sociedade de Teólogos do Terceiro Mundo (Soter), *Ameríndia* e Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). Nessa grande rede foram incluídos o CMI e o Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai). Por meio dela se procurou articular uma participação coletiva ecumênica como contribuição ao FSM. Foi interessante que quase duas centenas de representantes de organizações ecumê-

Geneviève, implica eliminar suas causas profundas. "É preciso permanecer ao lado dos setores da população que sofrem por causa das múltiplas formas de violência que têm sua origem em estruturas econômicas e sociais injustas".

Ela frisou que o Conselho Mundial de Igrejas incentiva ações que promovam alternativas à cultura da violência. Citou a Década para Superar a Violência (2001-2010), instando as igrejas a renunciarem a toda justificação teológica da violência e a reafirmarem a espiritualidade da reconciliação e da não-violência ativa. As igrejas querem ainda, com a Década, aprender da espiritualidade das iniciativas de construção da paz de outras religiões, opor-se à crescente militarização do mundo e à proliferação de armas e armamentos.

O movimento ecumênico, reafirmou a diretora do CMI, busca "ler os sinais dos tempos", promover o diálogo, a cooperação inter-religiosa e as redes de intercâmbio e de comunicação, além de apoiar ações práticas de combate à cultura da violência.

nicas de todo o mundo se reunissem, pela primeira vez num FSM, e assumissem uma agenda compartilhada.

A grande rede procurou promover três ações. A primeira, e a prioritária dentre elas, foi a participação num dos Painéis do Fórum. A diretora do CMI, dra. Geneviève Jacques, que é uma histórica militante dos Direitos Humanos, contribuiu, com outras pessoas de outras redes, para uma das discussões do Eixo 2 (Princípios e Valores, Direitos Humanos, Diversidade e Igualdade), no painel *Combate à Intolerância e Respeito à Diversidade: Solidariedade como Força Transformadora na luta contra o Pensamento Único*. A mesa foi facilitada por Juliana Werneck, e dentre os outros participantes estava a jovem Laura Ruiz, da rede *Just Act*, dos Estados Unidos. Ainda como uma ação comum da ampla rede, que ficou sendo chamada de *Coalizão Ecumênica*, houve o testemunho do bispo metodista argentino, histórico lutador pelos Direitos Humanos em seu país e em todo o continente americano, Frederico Pagura.

Procurou-se, também, propiciar um espaço comum para as organizações ecumênicas e religiosas que quisessem expor os seus materiais coletivamente. Essa também foi uma experiência interessante. Milhares de pessoas circularam por aí e tiveram acesso a materiais impressos e a um pequeno recinto de conversação com pessoas de diferentes lugares do mundo que ali se encontravam. Nesse espaço, a rede local, de Porto Alegre, de Diálogo Inter-religioso, articulada com a Iniciativa das Religiões Unidas (URI), procurou criar encartes para realizações de oficinas e seminários. Houve, também, a realização de seminários de Redes Ecumênicas, como o Seminário do Processo de Articulação e Diálogo, sobre Cooperação Internacional.

E a terceira atividade comum foi a realização de um ato religioso. Por questões de organização do próprio FSM, esse ato aconteceu a partir das 5h30, na Praça do Pôr-do-Sol. Certamente, o horário foi um dos elementos que tornou a participação menor. Havia apenas 500 pessoas. Entretanto, foi uma ação inter-religiosa muito profunda, interiorizante e harmonizadora. Esse é o testemunho de pessoas que participaram. Seguramente, esta é uma questão para ser mais bem avaliada com a coordenação do FSM em vista de também essa modalidade de participação ser valorizada.


COALIZÃO ECUMÊNICA E CONSELHO MUNDIAL

O que pode significar essa iniciativa? Primeiramente, um esforço de convergência e sinergia. Construir um novo mundo possível é missão de todos. As religiões, igrejas, organismos ecumênicos, participam desse processo. Talvez, dentre as redes dos diferentes atores sociais, sejam as organizações religiosas que deveriam manifestar uma grande responsabilidade, em vista, sobretudo, da capilaridade que as ações que realizam possuem. Tal esforço de convergência e sinergia mostrou ser muito oportuno que a participação de coletivos, como o coletivo religioso e o coletivo ecumênico, possa acontecer articuladamente.

Em segundo lugar, essa participação articulada significou uma busca de maior sintonia entre a perspectiva ecumênica e as ações de outros atores da Sociedade Civil Mundial em vista de outro mundo possível. Por muito tempo as igrejas e organizações religiosas procuraram ter uma agenda particular, própria, deslocada das questões angustiantes e esperançosas da sociedade. Como se as religiões e igrejas cristãs não fizessem parte do mundo. Saber

ouvir é fundamental para saber cuidar. As religiões, igrejas, organizações ecumênicas e religiosas têm por missão comum o saber cuidar das pessoas e de toda forma de vida, saber cuidar para que a vida não sucumba às constantes ameaças que pretendem aniquilá-la.

Em terceiro lugar, a participação demonstrou que, especialmente o CMI, tem uma responsabilidade com o FSM. A participação do CMI num dos painéis foi muito significativa. Poderia ter sido ainda mais. Poderia haver uma participação mais orgânica no conjunto das atividades do FSM, com uma contribuição fecunda para todos. A presença de Geneviève Jacques e de outros associados do CMI, como Marta Palma e Guillermo Kerber, mostra que é relevante para o Fórum Social essa presença, e, mais ainda, que é fortalecedora para o Conselho essa participação.

Finalmente, podemos afirmar que a agenda da afirmação dos direitos humanos, do combate a toda forma de intolerância, é matéria-prima para que possamos construir um novo mundo, no qual a paz seja possível e a guerra seja banida. Não temos aqui o interesse em afirmar que a participação ecumênica foi um dos elementos mais relevantes do Fórum. Não foi. Esta, sem sombra de dúvidas, apesar de ser a participação do anfitrião, foi a de Luiz Inácio Lula da Silva, que confirmou ser a esperança um importante artifício para superar os temores. Todavia, creio que cabe afirmar que essa participação ecumênica articulada é mais uma contribuição, humilde, pequena, mas importante, no fortalecimento da esperança. Porque, como canta Pagura, a esperança fortalece o nosso olhar... para o porvir. 

Jorge Atilio S. Iulianelli, educador e filósofo, assessor de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

A doutrina da guerra permanente

Fernando Mires

"Escrever este artigo foi um processo semelhante a brincar de quebra-cabeça. Analisando diversos temas da retórica do presidente Bush, foi possível, finalmente, encontrar um ponto comum que leva a sustentar a tese de que as guerras que serão realizadas pelos Estados Unidos num futuro próximo fazem parte de uma lógica que é, por sua vez, o eixo doutrinário que permite entender a atual política internacional estadunidense"

A doutrina da guerra permanente começou a cristalizar-se no famoso 11 de setembro. Todavia, no discurso de Bush (20 de setembro de 2001), não apareceu manifestamente, ainda que, como só recentemente pudemos descobri-lo, de modo latente. Naquele discurso, Bush procurou cumprir a obrigação de identificar o inimigo ao qual declarava guerra. Tratava-se, segundo Bush – e, evidentemente, nesse ponto não se equivocava –, de uma fração islamita, a qual diferencia do Islam, que considera uma cultura e uma religião essencialmente pacíficas. Como Bush observou, de modo surpreendentemente preciso: "Os terroristas são traidores da sua própria fé, buscando, na verdade, seqüestrar todo o islamismo. O inimigo da América não são os nossos numerosos amigos muçulmanos. Nosso inimigo é uma rede radical de terroristas e cada governo que os respalda".

Essa fração islamita e não-islâmica declarou guerra às liberdades políticas que imperam no Ocidente, por conseguinte, também aos Estados Unidos da América (EUA) como nação que as simboliza de modo mais explícito. Bush respondeu com uma declaração de guerra primeiro a essa organização e, em seguida, a todo o terrorismo internacional. Bush não fez tal declaração, porém se subentende que a guerra estava direcionada para as frações terroristas islamitas, porque uma declaração de guerra a outro tipo de terroristas, como a Pátria Basca e Li-

berdade (ETA) espanhola, ou ao Exército Republicano Irlandês (IRA), ou às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), não caberia naquele contexto.

Aos Estados que protegem terroristas, Bush também ameaçou, ainda que não lhes tenha declarado guerra, entre outras coisas, porque o próprio Bush contabilizou nada menos que sessenta países nos quais existem terroristas; e declarar guerra a sessenta Estados não era politicamente o mais aconselhável.

De todo modo, em seu discurso de 20 de setembro de 2001, Bush se apressou a demarcar um limite: nessa guerra, ou se está conosco, ou contra nós. Em certa medida tinha razão. Porque os terroristas não são um partido político com o qual se pode estar em alguns pontos de acordo e em outros em desacordo; trata-se de organizações que põem o adversário no extremo limite não da política, mas da guerra: ou te mato, ou me matas; ou ambas as coisas. Ou seja, Bush aceitou, e não podia escolher outro caminho, a lógica 'ultimatista' do terrorismo internacional.

Nesse discurso, Bush não fez menção a Estados terroristas, deixando aberta a possibilidade de, no futuro, qualificar os Estados que os EUA considerarem conveniente; por isso a suspeita de ser intencional a ambigüidade do discurso não é infundada. Não obstante, não havia nenhuma ambigüidade sobre o propósito imediato. Atacar a Al Qaeda no seu refúgio prefe-



rido, no Afeganistão, onde Bin Laden estava a ponto de realizar sua utopia: a do Reino de Deus. Nesse projeto, só restava à maioria das nações democráticas do planeta apoiar Bush, na maior e mais poderosa coalizão formada no curso da História.

Apesar disso, essas mesmas nações democráticas que apoiaram incondicionalmente os EUA na guerra contra

aquele terrorismo internacional, que se ocultava nas montanhas afegãs sob o império da teocracia islamista talibã, logo em seguida foram surpreendidas quando Bush incluiu, no futuro esquema bélico, um "eixo do mal" representado por três nações: Iraque, Irã e Coréia do Norte. A maioria dos estadistas europeus, então, se perguntou: não nos dissera Bush que se tratava

apenas de uma guerra contra o terrorismo internacional? O que têm Iraque e Irã a ver com o terrorismo de Bin Laden? E, sobretudo, qual a relação da Coréia do Norte com esse jogo? Bush enlouqueceu?

Talvez nesse momento (julho de 2002), o próprio governo dos EUA não estivesse totalmente consciente da nova estratégia que se desenhava em suas mentes, antes até do 11 de setembro. Assim, se explica por que Bush e os seus tentassem insistentemente demonstrar ao mundo supostas implicações entre a ditadura de Saddam Hussein e a Al Qaeda, que evidentemente não existiam. Particularmente penoso foi o esforço de Tony Blair quando apresentou um suposto dossiê secreto no qual "se provava" a estreita relação entre Bin Laden e Hussein, dossiê no qual só havia informações que já tinham circulado nos meios de comunicação internacionais.

TRÊS FASES

Antes de a doutrina da guerra permanente tomar forma definitiva, é possível reconhecer diversas fases no discurso político-internacional do governo estadunidense: as duas primeiras fases já foram mencionadas. Na primeira, Bush detectou o inimigo imediato: o terrorismo internacional. Na segunda, quando definiu o "eixo do mal", Bush precisou os inimigos mediatos de seu país, selecionando Iraque, Irã e Coréia do Norte. A terceira fase é muito importante. Nela Bush desenvolveu uma nova teoria, a qual muitos observadores confundiram superficialmente com uma nova doutrina: a da guerra preventiva. Porém, a guerra preventiva é só uma teoria no marco daquela nova doutrina que Bush, todavia, não sabia, não podia ou não queria precisar: a da guerra permanente. Ao mesmo tempo em que é

uma teoria, a guerra preventiva é uma condição da doutrina da guerra permanente, condição que em termos simples pode ser expressa pela seguinte premissa: todo Estado que ameace com suas armas os EUA, ou simplesmente sua hegemonia militar no mundo, deve ser, o mais rapidamente possível, desarmado. Tal premissa ganhou forma doutrinária no discurso de Bush na Câmara de Representantes do Congresso, em 5 de fevereiro de 2003, no qual, em relação a Saddam Hussein, disse: “Não podemos permitir a um ditador brutal, com um histórico de temerárias agressões, dominar uma região vital e ameaçar os Estados Unidos”.

Para que se entenda bem: não significa que os EUA tenham embarcado numa política de desarme mundial; trata-se, isto sim, e nenhum membro do governo estadunidense oculta, de desarmar seus inimigos mais imediatos. E um dos seus inimigos mais imediatos é a ditadura de Saddam Hussein, a qual os EUA declaram abertamente seu propósito de derrubar, por meio de uma ação externa, e, se for necessário, com bombas. Para falar a verdade, faz anos que estão tentando derrubar esse ditador. Bush “sênior” não avançou até Bagdá pensando, talvez, que o povo iraquiano se desfaria de seu ditador, como ocorreu em tantos países. Porém, a ditadura de Hussein não titubeia em assassinar qualquer opositor. A outra alternativa era que os Estados nada amáveis que cercam o Iraque, particularmente Síria, Irã e Turquia, provocassem, a partir de ações externas, a queda da ditadura. Tampouco isso foi possível. Até mesmo a política do boicote econômico, levantada pelos próprios EUA, fracassou. Desse modo, a única alternativa que os EUA encontram, dentro de sua própria lógica para desfazer-se desse inimigo

imediatos, é a guerra. Outra vez, para que se entenda bem: não é que os EUA queiram derrubar todas as ditaduras do mundo. O governo estadunidense nunca vai atuar por humanitarismo ou algo parecido, como nenhum governo do mundo fez, nem jamais fará. O que os EUA buscam – e do ponto de vista da segurança nacional norte-americana (destaco: apenas a partir desse ponto), ninguém poderia dizer que Bush procede de modo equivocado – é liquidar um de seus inimigos mais declarados, antes que este chegue a armar-se ainda mais, pois, aquilo que basta aos EUA, e este é o nó da teoria da guerra preventiva, é o propósito de armar-se.

A GUERRA PREVENTIVA

A teoria da guerra preventiva foi exposta por Bush em seu discurso de 7 de outubro de 2002 – exatamente um ano depois do início dos ataques ao Afeganistão.

“Em vista do perigo evidente não podemos esperar uma prova definitiva, por assim dizer, aquele ‘Colt fumegante’ que possa adquirir a forma de um cogumelo atômico. O presidente Kennedy disse em outubro de 1962: ‘Nem os Estados Unidos da América, nem os países da comunidade mundial podem tolerar os enganos premeditados, nem as ameaças ofensivas de qualquer nação, seja esta grande ou pequena’. Ele disse: ‘Faz muito tempo que não vivemos num mundo no qual apenas o disparo das armas represente uma ameaça suficiente e signifique assim um perigo máximo.’”

Ao que prontamente Bush acrescentou essas palavras em relação ao Iraque, que não são válidas exclusivamente para o Iraque, mas para todos os Estados que representem ou possam representar uma ameaça para os Estados Unidos, o que consiste no centro da “doutrina da guerra permanente”:

“O conhecimento das ameaças de nosso tempo, os perversos propósitos e as manobras de engano do regime iraquiano, dão a todos razão para suportar o pior, e nós temos a urgência imediata de impedir que o pior suceda.”

Não obstante, pese a declaração aberta da teoria da guerra preventiva, Bush não logrou, ou todavia não queria, separar a guerra que preparava contra Iraque da guerra que declarara um ano antes contra o terrorismo internacional. A razão dessa não-separação deve ser encontrada no propósito que Bush não alcançou, de conquistar a legitimação da ONU, ou, pelo menos, de realizar a guerra contra o Iraque em conformidade, senão a ações, ao menos conforme resoluções multilaterais. Particularmente, alguns governos europeus se negavam a incluir, dentro do mesmo projeto, “guerra contra o terrorismo”, “guerra contra Iraque”. A estratégia do governo Bush, como a de seus predecessores, é privilegiar o multilateralismo nas conflagrações internacionais, pois, segundo a fórmula de Kissinger: equilíbrio e legitimidade são os dois pilares da política externa norte-americana. A novidade que introduziu George Bush é que, se não existe a legitimidade, o equilíbrio deverá ser buscado sem ela, ou, o que dá no mesmo, se fracassarem as relações multilaterais, os EUA deverão privilegiar o unilateralismo, pois nem todos os inimigos dos EUA devem ser necessariamente inimigos dos demais países representados na ONU; e vice-versa.

A nova fórmula, a da guerra permanente, será tanto multilateralismo quanto seja possível, tanto unilateralismo quanto seja necessário. Quer dizer que os EUA se arrogam o direito de não atar suas mãos – ao menos no que se refira aos seus procedimentos militares – a resoluções ou a manda-

Bush desenvolveu uma nova teoria, a qual muitos observadores confundiram superficialmente com uma nova doutrina: a da guerra preventiva. Porém, a guerra preventiva é só uma teoria no marco daquela nova doutrina que Bush, todavia, não sabia, não podia ou não queria precisar: a da guerra permanente. Ao mesmo tempo em que é uma teoria, a guerra preventiva é uma condição da doutrina da guerra permanente

tos internacionais. Com isso, se quer dizer, também, o seguinte: os interesses dos EUA não são sempre os mesmos que os dos demais países democráticos do mundo. Se coincidirmos com outras nações – era a mensagem cifrada de Bush – tanto melhor. Se não é assim; lástima. Para que não pairassem dúvidas, Bush decifrou sua mensagem em 5 de fevereiro de 2003, quando, com inusitada clareza, expôs: “Todos os países livres têm uma responsabilidade. Alguns a assumiram, outros não, mas o rumo que tome nosso país não tem que ver com a decisão dos outros. (...) Faremos consultas, porém que não reste nenhum mal-entendido: faremos o que for necessário para garantir a segurança do povo dos Estados Unidos”.

DUAS GUERRAS

Os EUA se decidiram, finalmente, a fazer duas guerras; e ao mesmo tempo. Uma, baseada num acordo multilateral: a guerra contra o terrorismo

internacional. A outra, contra os Estados que os EUA detectarem como inimigos principais e, portanto, se encontrem em condições de ser alinhados em torno do eixo do mal. Essas duas guerras constituem, neste momento, as principais vias da “guerra permanente”. As duas guerras, que no papel aparecem conceitualmente separadas, se interferirão mutuamente no futuro imediato. A guerra contra o Iraque provocará reações entre os grupos terroristas islamitas, e a perseguição destes últimos levará a novas conflagrações entre EUA e outros Estados árabes, e não-árabes. Isso significa que é necessário preparar-se para viver num mundo em guerras, a partir de agora até sabe-se lá quando.

O “fim de todas as guerras”, belo postulado de Kant, foi relegado pela “doutrina da guerra permanente” até um futuro indeterminado, ou seja, depois das esperanças de paz mundial que surgiram com a queda do império soviético, a “paz eterna” kantiana recobrou o seu significado utópico (o futurista), perdendo quase totalmente seu significado político (o imediato).

Contudo, a doutrina da “guerra permanente” não é em si completamente nova; o novo é o formato explícito que pouco a pouco foi tomando nos discursos de Bush. Não foi só para neutralizar algumas vozes críticas do Partido Democrático que Bush, em outubro de 2002, citou as opiniões de Kennedy, no âmbito da crise dos mísseis, em 1962, crise que esteve a ponto de encerrar a história da humanidade. De fato, o propósito de Bush foi o de estabelecer uma continuidade com o passado histórico de sua nação, continuidade que se expressava, ainda antes da Guerra Fria, no declarado objetivo de não ceder um centímetro de hegemonia mundial a nenhum país do mundo, nem suportar nenhuma ameaça que puses-

se em jogo a integridade da nação norte-americana. Precisamente essa postura ou propósito limitou a expansão soviética ao Ocidente, o que implicava, naturalmente, reservar um espaço de operações para a União Soviética (URSS), fato que levou os EUA a se ‘dessolidarizar’ com os movimentos democráticos que surgiam nos países comunistas europeus contra a União Soviética.

O concreto é que os EUA, como qualquer Estado, privilegiam seus interesses, sendo o primeiro deles a sua própria integridade como nação. As dificuldades surgem não desse propósito, mas do fato de que têm todos os meios para defender esses interesses e o fazem. Bush, por sua parte, tem destacado o caráter preventivo de tal defesa, e sua política ofensiva em relação aos Estados pelos quais se sente real ou imaginariamente ameaçado. Isso quer dizer que: o objeto das ações militares dos EUA não tem que ser buscado em uma ideologia, ou em alguma missão mística, mas no simples, lógico e pragmático projeto de preservar as posições que ocupa no cenário mundial, eliminando, sem contemplações, todo Estado que as questione, ou as ameace, mesmo que apenas simbolicamente. Tudo isso independentemente das pregações missionárias de Bush, como nesta declaração ao *Washington Post* (27/9/2001): *We have found our mission*, como se a função de um presidente fosse a de procurar “missões”, ou as “missões” ficarem à espera de que um presidente as encontre.

O objeto dos EUA são os EUA; isso não se pode esquecer nunca. A política internacional desse país é essencialmente auto-referente, como é a política internacional de todos os Estados do planeta.

Não há, daí, nenhuma congruência quando se afirma que os EUA preten-

dem cumprir o papel de “polícia mundial”. Uma polícia sempre trabalha por encargo de outros, nesse caso, de outro Estado, ou de uma associação de Estados. Mas este não é o caso dos EUA. Quando os governantes estadunidenses recebem a solidariedade internacional, ou quando atuam por encargo da ONU, isso ocorre simplesmente porque sempre é melhor para qualquer Estado atuar com legitimidade internacional. Mas, como vimos, os EUA não relutam em jogar a carta unilateral, se não têm a multilateral à mão.

OS INIMIGOS

Agora, para averiguar quem são os inimigos declarados dos EUA, basta verificar o que esses inimigos têm em comum. Vejamos, antes de mais nada, quem são Iraque, Irã e Coreia do Norte.

O que esses três países têm em comum é o seguinte. Os três são governados por grupos que declaram abertamente sua inimizade aos EUA. Os três são dirigidos por ditaduras. Os três se encontram em vias de possuir, ou já possuem, armas de destruição maciça, seja químicas seja atômicas. Isso quer dizer que, para ostentar o estranho privilégio de ser selecionado entre os representantes do “eixo do mal”, é preciso, pelo menos, cumprir esses três requisitos. Há países que têm só um, ou dois, desses requisitos (Líbia, Cuba). Isso não é suficiente; há que possuir os três para entrar na linha de fogo; e, ao que parece, fora esses três países escolhidos por Bush, não há muitos mais. Esses são, na linguagem semipolítica de Bush, os Estados mais “canalhas” de todos.

Ao situar-se em uma perspectiva permanente de guerra, os EUA continuarão a ser odiados por e em muitas nações. Esse é o seu destino. Ao se

haver constituído a nação econômica e militarmente mais poderosa de toda a história da humanidade, os EUA não podem ser senão império, ainda que não façam valer seus atributos imperiais mediante anexações territoriais, como foi o caso de todos os impérios anteriores e do próprio EUA ao tempo de sua fundação, algo que os mexicanos, só para dar um exemplo, nunca esqueceram. É certo que cada nação é em si micro-império, e quase todas se formaram sobre as ruínas de povos e culturas *originais*. Mas nenhuma chegou a alcançar o lugar hegemônico que hoje ocupam os EUA. Isso significa que, faça a política que fizer, os EUA, simplesmente porque existem, continuarão concentrando ao seu redor tensões, conflitos e ódios, tanto de outros Estados, como de grupos sociais, culturais e religiosos excluídos constantemente pelos processos de modernização que emanam, quase todos, do interior dos EUA. Já não é mistério para ninguém que globalização significa em grande parte norte-americanização, em um mundo que antes da globalização já estava se norte-americanizando a passos acelerados. Portanto, o anti-americanismo continuará sendo uma das ideologias preferidas do período global, independentemente de essa ideologia ser representada, alternadamente, por grupos de esquerda, ou de direita, ou, simplesmente, por fanáticos religiosos.

A “doutrina da guerra permanente” corresponde em grande parte à condição de potência mundial ocupada pelos EUA. A verdade é que os EUA sempre viveram em um estado de guerra permanente, num mundo que jamais conheceu a paz, pois, como disse uma vez o historiador britânico Michael Howard: “A guerra é a norma. A paz é só uma invenção”.

A Guerra Fria não congelou as guerras, mas as reproduziu intermitentemente, reprodução que, por sua vez, foi o preço que o mundo teve de pagar para que as duas grandes potências militares não se enfrentassem. Com o fim do comunismo, os EUA continuam sendo hostilizados por diversos flancos, e por isso, respondendo com agressões militares às agressões potenciais e reais de que têm sido, são, e serão objeto. A guerra permanente já passou, até mesmo, de suas fases defensivas para alcançar o estágio mais perigoso de todos: o preventivo. Isso levará, sem dúvida, à ampliação do raio de ação de hostilidades aos EUA, país que terá de contar com um longo período no qual deverá enfrentar dois inimigos, que poderiam mesmo, em um prazo relativamente curto, chegar a vincular-se: os terroristas, particularmente os islamitas, organizados em células extra e intranacionais, até nas próprias nações aliadas dos EUA, e mesmo no interior dos EUA, por um lado; e por outro, regimes ditatoriais e/ou totalitários declaradamente anti-estadunidenses de posse ou em vias de possuir armas de destruição maciça. Ou seja, queiram ou não, os EUA continuarão vivendo em guerra. Esse é o tributo que diariamente pagarão por seu incrível poderio. Isso significa que a pergunta de Bush à qual ele mesmo deu uma resposta apenas parcial – Por que nos odeiam? – deve continuar a ser feita aos cidadãos estadunidenses; e quem sabe por quantas gerações mais. ☞

Fernando Mires, doutor em Ciência Sociais, professor catedrático do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Oldenburg, Alemanha.

Para superar a violência



A DÉCADA PARA SUPERAR A VIOLÊNCIA É UMA GRANDE CONVOCAÇÃO PARA QUE AS PESSOAS DE BOA VONTADE E INSTITUIÇÕES SE UNAM MEDIANTE A DIGNIDADE HUMANA PARA O RESGATE DO PROFETISMO BÍBLICO: "A JUSTIÇA PRODUZIRÁ A PAZ" (ISAÍAS 32,17).

O Conic deu início à convocação do **Fórum Nacional da Década para Superar a Violência, com o tema Dignidade Humana e Paz**. O evento será realizado em Brasília, dias 21 e 22 de março. O objetivo é reunir todos os parceiros da Década na reflexão das alternativas para superar a violência e promover uma ampla mobilização em favor da paz e da segurança no Brasil e no mundo. Na carta de convocação, o Conic destaca a importância da participação de mulheres representando as igrejas e parceiros.

A Cese participou em janeiro da terceira edição do FSM, por meio da **co-alizção ecumênica que representou a união de várias religiões, igrejas e entidades ecumênicas** na busca por uma cultura de paz em oposição à crescente violência mundial e à ameaça iminente de guerra entre os Esta-

dos Unidos e o Iraque. Com uma programação intensa, a coalizção paoutou sua participação por um forte espírito de solidariedade e paz. Um dos pontos altos da programação foi o ato ecumênico realizado no dia 26 de janeiro, às margens do Rio Guaíba, celebrado a partir das 5h30 da madrugada para saudar o nascimento do sol.

A participação do Ceca no FSM se deu em três momentos. Pela coordenação da **Tenda Inter-religiosa, composta por igrejas, ONGs e grupos religiosos**, que proporcionou, em oficinas, a partilha de várias cosmovisões e de caminhos para a paz, como integrante da Coalizção Ecumênica; no **ato ecumênico de 26 de janeiro**; e no painel **"Combate à Intolerância e Respeito à Diversidade: Solidariedade como Força Transformadora na**

Luta Contra o Pensamento Único".

As comemorações dos trinta anos do Ceca têm início no dia 13 de março, com o lançamento da **Agenda Ecumênica de Eventos**. O objetivo da agenda, organizada pela instituição, é o de possibilitar e promover a troca de experiências nos diferentes campos de inserção ecumênica.

O Cesep organizou em janeiro de 2003 mais um **curso de verão** na PUC-SP, com 540 participantes vindos de todo o Brasil para discutir o tema **Saúde: Cuidar da Vida e da Integridade da Criação**. Destaque para as presenças de Leonardo Boff e da médica sanitária Zilda Arns Neumann, que ajudaram a pensar alternativas a tanta violência praticada contra a natureza, o cosmos e as crianças de nosso continente. O curso



durou duas semanas em regime de mutirão, contando com a solidariedade de centenas de voluntários, monitores e membros de diferentes confissões religiosas.

Em fevereiro, o Cesep realizou seu **curso de pastoral e relações de gênero, com o tema Gênero e Neoliberalismo**. Foram três semanas repletas de debates, troca de experiências e construção de novas relações diante do mercado e dos movimentos sociais. Assessores como a doutora Cristina Buarque e a pastora luterana Haidi Jarschel ajudaram as 44 participantes a ter uma maior clareza teórico-prática da questão e aproveitar deste espaço ecumênico. Muitos dos participantes marcaram presença na **marcha contra a guerra e pela paz** que aconteceu em São Paulo.

Koinonia tem acompanhado os procedimentos de **luta contra a intolerância**

religiosa em Salvador. No mês de janeiro, setores da sociedade civil e, dentre esses, de Terreiros de Candomblé, levantaram-se em **articulação contra vozes preconceituosas presentes no discurso pentecostal fundamentalista**, notoriamente da Igreja Universal do Reino de Deus, na sua rede de televisão.

Apoiar a luta dos negros moradores da Ilha de Marambaia tem se traduzido desde janeiro em serviços de Koinonia ao **levantamento de sua situação histórico-social, com vistas à titulação da propriedade na Fundação Cultural Palmares**. A gravidade da situação se deve ao fato de a Ilha ser hoje gerenciada pela Marinha, o que a posiciona no mesmo patamar crítico de Alcântara (MA), onde a Marinha imprime ações de expulsão das comunidades negras de sua área.

O Clai vem participando das discussões sobre a

violência em Londrina (PR). Nos últimos dois anos, o problema teve um crescimento alarmante, passando de um assassinato por semana para um por dia. Os crimes ocorrem principalmente na periferia e os principais envolvidos são jovens. Audiências públicas têm sido realizadas na Câmara Municipal da cidade, que conta com uma população de 500 mil habitantes.

NOMES E SIGLAS

- Ceca – Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria
- Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
- Cesep – Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular
- Clai – Conselho Latino-Americano das Igrejas
- Conic – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
- Koinonia Presença Ecumênica e Serviço
- FSM – Fórum Social Mundial

Seja assinante da *Numen*

Publicada pela Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, *Numen* é uma revista de estudos e pesquisa da religião, destinada à divulgação das pesquisas nas áreas de estudo em Ciência da Religião.

O Conselho Editorial está aberto a apreciar colaborações dos leitores para possível publicação, além de aceitar críticas, sugestões e permutas para divulgação da revista, que tem periodicidade semestral.



Para receber *Numen*, favor enviar cheque nominal de R\$ 20 (vinte reais) à Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), CEP 36036-330. Informe nome, endereço completo para correspondência, CNPJ ou CPF, profissão, área de interesse em Ciência da Religião. Solicitamos ainda assinar o pedido. O valor confere ao assinante o direito de receber 2 (dois) números da revista.

Líderes das Igrejas unidos contra a Guerra no Iraque

1. Como líderes das Igrejas européias, em consulta com conselhos de Igrejas nos Estados Unidos da América e no Oriente Médio, nós permanecemos extremamente preocupados com as continuadas chamadas para a ação militar contra o Iraque pelos Estados Unidos da América e alguns governos europeus. Como pessoas de fé, nosso amor de vizinhos nos compele a nos opormos à guerra e a buscarmos uma resolução pacífica dos conflitos. Como Igrejas rezamos por paz e liberdade, justiça e segurança para as pessoas do Iraque e no Oriente Médio como um todo. Tal oração nos obriga a ser instrumentos de paz.

2. Lamentamos o fato de que as nações mais poderosas deste mundo novamente considerem a guerra como um instrumento aceitável de política externa. Isto cria uma cultura internacional de medo, ameaça e insegurança.

3. Nós não podemos aceitar os objetivos declarados de uma guerra contra o Iraque, como apresentados por esses governos, em particular os Estados Unidos. Ataque militar e Guerra pré-esvaziados como um meio de mudar o regime de um Estado soberano é imoral e viola a Carta da ONU. Nós apelamos ao Conselho de Segurança para que apóie os princípios da Carta da ONU que limita estritamente o uso legítimo de força militar, e para se abster de criar uma precedência negativa e abaixar o patamar do uso de meios violentos a fim de resolver conflitos internacionais.

4. Nós acreditamos que força militar é um modo inapropriado para alcançar o desarmamento de quaisquer armas iraquianas de destruição de massa. Nós insistimos que seja concedido o tempo necessário para que os mecanismos cuidadosamente projetados das inspeções de armas da ONU completem seu trabalho.

5. Todos os Estados-membros da ONU têm que obedecer às resoluções da ONU e resolver conflitos mediante meios pacíficos. O Iraque não pode ser a exceção. Nós conclamamos o Governo do Iraque a extinguir quaisquer armas de destruição em massa e as instalações de pesquisa e produção. O Iraque tem que cooperar plenamente com os inspetores de armas da ONU, e garantir pleno respeito aos direitos humanos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais para todos os seus cidadãos. Às pessoas no Iraque tem que ser dada esperança de que haja alternativas para a ditadura e a guerra.

6. Uma guerra teria consequências humanitárias inaceitáveis, incluindo o deslocamento das pessoas em larga escala, o co-

lapso das funções do Estado, a possibilidade de guerra civil e uma grande inquietação em toda aquela região. A condição das crianças iraquianas e as mortes desnecessárias de centenas de milhares de iraquianos durante os últimos doze anos de regime de sanções pesam fortemente em nossos corações. Na situação presente, nós afirmamos reiteradamente os princípios humanitários há muito tempo existentes de acesso incondicional às pessoas em necessidade.

7. Insistimos em mais cautela contra o potencial social, cultural e religioso, bem como as consequências diplomáticas de uma guerra de longo prazo. Insistimos ainda que alimentar os fogos da violência que já estão consumindo a região só exacerbará o intenso ódio, fortalecendo ideologias extremistas e criando mais instabilidade e insegurança globais. Como líderes da Igreja na Europa temos uma responsabilidade moral e pastoral para desafiar a xenofobia em nossos próprios países bem como acalmar os medos de muitos no mundo muçulmano, de que o assim chamado Cristianismo Ocidental esteja contra sua cultura, religião e valores. Nós deveríamos buscar cooperação para a paz, a justiça e a dignidade humana.

8. Todos os governos, em particular os membros do Conselho de Segurança, têm a responsabilidade de considerar a total complexidade deste assunto. Todo o esforço pacífico e diplomático para compelir o Iraque a cumprir as resoluções do Conselho de Segurança da ONU não tem sido exaurido.

9. Para nós é uma obrigação espiritual, fundamentada no amor de Deus por toda a humanidade, falar contra a guerra no Iraque. Por esta mensagem enviamos um forte sinal de solidariedade e apoio às Igrejas no Iraque, no Oriente Médio e nos Estados Unidos. Nós rezamos para Deus guiar os responsáveis por tomar decisões, baseados em reflexões cuidadosas, princípios morais e altos padrões legais. Nós convidamos todas as Igrejas a se unirem a nós neste ato de testemunho e rezar para encorajar a participação de todas as pessoas na luta por uma resolução pacífica deste conflito.

Declaração dos líderes das Igrejas Européias reunidos em Berlim, 5 de fevereiro de 2003, convocados pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em consulta com a Conferência de Igrejas Européias (CIE), o Conselho Nacional de Igrejas de Cristo nos EUA (NCCCUSA) e o Conselho de Igrejas do Oriente Médio, hospedados pela Igreja Evangélica na Alemanha (IEA).